

D. Pedro Casaldáliga:
**“As aberturas democráticas
são apenas um verniz”.**
(última página)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — NÚMERO 9 — Cr\$ 10,00 — 1º/7 DE MAIO DE 1978



1º de Maio de 1968 na Praça da Sé, São Paulo.

Quadro de movimentação de operários grevistas do início do século, em Turim, Itália.

OPERÁRIOS x PATRÕES

“Junto do arrocho salarial, nosso maior inimigo é a falta de liberdade dentro e fora da fábrica”(Entrevista com Zé Pedro, líder da Oposição Sindical de Osasco). Pág. 5

1º de maio sem festividade

O 1º de Maio deste ano tem algo mais que as comemorações festivas do governo. Os próprios trabalhadores, retomando o sentido histórico da data, programaram vários atos públicos para deixar a marca de seus interesses de classe. As Oposições Sindicais da Grande São Paulo anunciam para Osasco uma manifestação unificada. Em Belo Horizonte prevê-se o comparecimento de dez mil moradores da Cidade Industrial a uma missa organizada pela Pastoral Operária. (Págs. 4 e 5)

**“Eu faço, pratico, executo.
O patrão administra, domina”.**

De Castelo a Geisel, os discursos dos generais-presidentes em 1º de Maio insistem na união de interesses entre operários e patrões. Pedem sacrifícios. Prometem novos tempos. Apela para os “objetivos maiores da Nação Brasileira”. Mas, mesmo espontaneamente, os trabalhadores percebem que – na prática – a teoria é bem outra. (Págs. 6, 7 e 8)

**O “Caso Moro”
Muda
a Itália?**

(Pag. 9)

50 presos políticos em greve de fome

PÁG. 3

Estudantes paulistas elegem a nova UEE

PÁG. 3

CENSURA PRÉVIA

O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa

Nós, jornalistas e leitores, denunciaremos.

Curto-Circuito apresenta Promoções 1º de Maio S/A

1 - Sindicatos da Construção Civil querem fazer uma grande festa de conagração entre trabalhadores, empresários e um convidado especial nesse 1º de maio, o presidente Geisel.

2 - Para a festa ser realmente divertida e colorida, uns tantos dirigentes sindicais gâúchos estão pedindo donativos dos empresários do setor para comprar prêmios que serão sorteados entre os trabalhadores. Dedelís Colins, um presidente de Sindicato, qter seis mil trabalhadores lotando o estádio encoberto do Beira-Rio, numa grande demonstração de solidariedade e força ao presidente Geisel.

3 - Será realizado no dia 28 do corrente, às 10 horas, na Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, um ato público comemorativo ao dia 1º de Maio, estando presentes dirigentes de federações e sindicatos de trabalhadores e empregados, o delegado regional do Trabalho e autoridades.

4 - Por sua divisão de Esportes, o Serviço Social da Indústria promoverá, a 1º de maio próximo, a solenidade de Abertura dos XXXI Jogos Desportivos Operários. As 9 horas começará o desfile de abertura.

5 - Sociedade de Amigos de Ermelino Matarazzo - festejos com a presença de S. Ex.^a, o general Ernesto Geisel, bem como do ministro do Trabalho, que deverá lançar no bairro um manifesto oficial de todos os trabalhadores brasileiros. Do programa constam, como parte principal, desfiles de organizações públicas e privadas, coleções da capital e do interior, carros alegóricos, candidatos a rainha dos festejos, além de outras atrações como competições ciclistas e pedestres, ginâstias automobilísticas e coleções, campeonato de futebol de campo e de salão, shows artísticos, desfiles da escola de samba e espetáculo pirotécnico.

6 - 1º de maio no Vale dos Lagos - passe com a família de 6ª feira (dia 28 de abril) a 1º de maio na linda estância Vale dos Lagos, a 35 km de São Paulo. Piscina, Discocheque, cachoeira, cavalos e 300 mil m² de maravilhosa natureza para você e sua família.

7 - A Prefeitura de São Paulo convida: "No dia 1º de maio, ponha sua bicicleta na rua!"

BAGAÇO

O proprietário da Gráfica Jornal Hoje, de Nova Iguaçu, no Rio, encontrou, segundo palavras suas, uma nova forma de ganhar dinheiro: dando uma de dedo-duro. E seu último "negócio", semana passada, foi com o Bagaço, jornal independente do Rio. O dono da gráfica aceitou imprimir o jornal, fez o preço à vista (foi irredutível neste ponto) e, depois que recebeu os originais do número 3, foi direto à Vila Militar informar às autoridades de que aceitara a encomenda, informado de que lá não era o lugar certo para este tipo de delação, o zeloso proprietário foi ao DPSS, Departamento de Polícia Política e Social. E lá, explicou que aceitara a encomenda porque atravessava situação financeira difícil.

Segundo comentou mais tarde com seus empregados e vários fregueses, os policiais recomendaram que ele ficasse em paz e que tão logo o jornal ficasse pronto seria apreendido. A delação esclarece o fato, por exemplo, de vários policiais terem acompanhado praticamente todo o processo de impressão do jornal quando ninguém, a não ser os editores do jornal, sabia onde seria rodado. Depois que duas gráficas (Fon-Fon e Jornal do Comércio) se recusaram a imprimi-lo, alegando pressões, os editores do Bagaço fizeram verdadeira romaria pela cidade e acabaram contratando os serviços, à vista, do dedo-duro. O que acabou criando uma prática até então inédita nos métodos repressivos. Ao invés dos policiais buscarem os jornais nas gráficas, os proprietários de gráfica levam os jornais aos policiais. O que, evidentemente, facilita o serviço.

Jornalismo em seminário

"Repudiar todas as formas de repressão à liberdade de expressão dentro ou fora das salas de aulas, tais como a censura prévia aos jornais Movimento, O São Paulo e Tribuna da Imprensa, e as manobras contra os jornais O Reporter, Em Tempo e outros. Este é um dos 17 pontos de conclusão do Seminário de Jornalismo e Realidade Profissional, realizado em Piracicaba, São Paulo, nos dias 21, 22 e 23 de abril. Profissionais, professores e estudantes se posicionaram no sentido de lutar pela democratização e popularização da informação por meio da organização dos jornalistas em suas redações, na sua entidade de classe, do fortalecimento da imprensa independente, e da união da categoria com outros setores que lutam pela liberdade de expressão, organização, reunião e demais liberdades democráticas."

Os participantes do encontro decidiram também pela criação de uma Comissão Permanente composta por representantes de profissionais, professores e estudantes para cuidar de questões que afetam a prática e o ensino de jornalismo. (F.R.)

Dando força ao Sindicato

Os jornalistas mineiros já têm programa de "Unidade e Participação".

Unidade e Participação (UP) é o nome da chapa 1 que concorre às eleições para a diretoria do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais. Valorização profissional, avanço na luta conjunta com as demais entidades sindicais e autonomia sindical, contra o peleguismo e a intervenção nos sindicatos, pela liberdade de imprensa e luta pelo exercício da democracia: estas são as diretrizes do programa sindical da chapa encabeçada por Washington Melo, da qual, dentre um total de 24 jornalistas, fazem parte o atual presidente do sindicato, Didimo de Paiva, e Lélío Fabiano dos Santos, da cursal de EM TEMPO.

A chapa UP, surgiu de um movimento de base, com objetivo de apoiar as lutas em favor da democratização sindical. Os jornalistas então formaram o Movimento para o Avanço do Sindicato, que começou nas redações. Com a proximidade das eleições formou-se um núcleo de debate visando o lançamento de uma chapa que garantisse as conquistas e posições que o sindicato assumiu, fazendo-o avançar. As discussões geraram as linhas de um programa de ação sindical. Cada núcleo de redação elegeu delegados, e os delegados elaboraram as linhas gerais de um programa de atuação. A escolha da chapa foi feita através de consultas às redações. As eleições para o Sindicato serão realizadas nos dias 8 e 9 de maio.

GERAIS

Trindade: um tema proibido.

A exposição de fotografias sobre Trindade, que teria sido aberta no último dia 25 no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo, foi transferida para a sede do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), adiando-se sua abertura para o próximo dia 5.

A exposição — e os debates — no IAB serão promovidos pela recém-criada Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, indo do dia 5 até o dia 19 de maio, à rua Bento Freitas, 306, sala 1.

Artista: João Bosco L. Brandão, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi, Niels Andreas (foto).

Arquiteto: Arquitectos Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis.

SUCURSAS

Brasília (S.C.S. — Edifício Maristela, s/1103): Marco Antônio, Marina Juez, Rita de Cássia; **Recife (R. Anibal Falcao, 127 - Frances):** Sérgio de Souza Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scaturl; **Alizira Medeiros, Elaine Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva Noqueira (administração); Belo Horizonte (R. Bernardo Guimarães, 1884):** Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélío Santos, Márcia Trindade, Maurício Godinho, Paule Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação); **Mariz Araujo (administração); Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 — Edifício Mauá):** Carlos Ruggi, Etza de Oliveira, Reinoldo Arem; **Porto Alegre**

Salário Mínimo

Reajuste: para Cr\$ 1.571,00. Salário exigido: Cr\$ 4.233,00.

Como já é tradicional, o governo (às vésperas do 1º de Maio) anuncia os índices de reajuste salarial. Assim, no Dia dos Trabalhadores, a política de Pão e Circo para o povo, transforma-se em tragédia para milhares daqueles que são obrigados a sobreviver com um salário de fome. Como se os shows promovidos pelo Ministério do Trabalho fossem capazes de atenuar o impacto deste presente de greco.

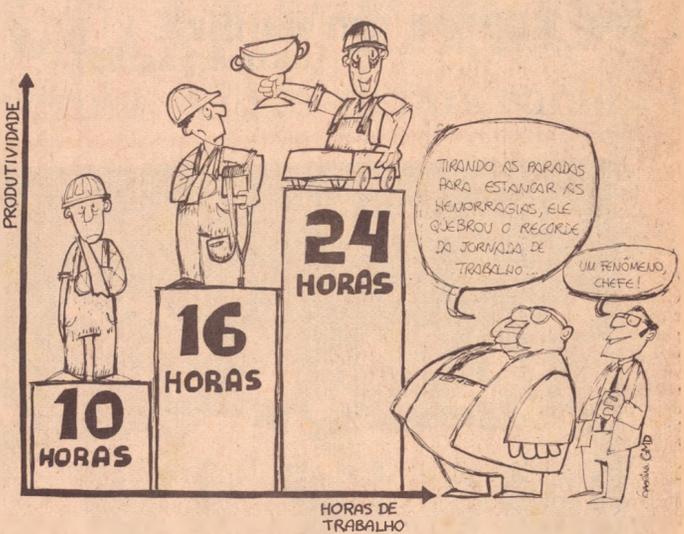
Este ano, segundo estudos do Ministério do Trabalho, o reajuste deverá situar-se em 42%, elevando à Cr\$ 1.571,00 o atual salário. Tal fato deverá aumentar ainda mais a profunda insatisfação popular existente, em particular dos 18 milhões de assalariados brasileiros. Como vencer os tecnocratas do regime que Cr\$ 1.571,00 são francamente insuficientes para dotar uma família trabalhadora de condições de vida minimamente satisfatórias? Os dados são: num estudo realizado pelo DIEESE, as despesas de alimentação para uma família de quatro pessoas seriam hoje de Cr\$ 2.036,00, ou seja, 84% superior ao atual salário mínimo. Se levarmos em conta que tais despesas representam 48,1% da despesa total, o salário de um trabalhador deveria situar-se em torno de Cr\$ 4.233,00 (ainda segundo o DIEESE). Antimética esta que, pelo visto, está longe de sensibilizar o regime militar.

Dessa forma, se o reajuste apresentado pelo governo é insatisfatório para cobrir as despesas de alimentação, que dizer para as demais despesas como transportes, habitação, vestuário, educação e saúde! Para os trabalhadores isto significa ter que trabalhar em dobro para poder obter o mínimo necessário para o seu sustento e dos seus familiares. Significa também pôr a mulher e os filhos a trabalhar, caso contrário estoura o orçamento no fim do mês.

Há algumas semanas atrás o general Figueiredo, futuro presidente desta república, afirmava em entrevista concedida à Folha de São Paulo, que o povo brasileiro não tem condições de votar nos seus representantes por não possuir hábitos de higiene. Ora, senhor general, se o salário mínimo concedido pelo regime que o senhor representa não permite cobrir sequer as despesas mínimas de alimentação, como exigir que o povo tenha hábitos de higiene como os franceses e os americanos?

O que não passa pela cabeça dos atuais governantes (e dos próximos que já foram escolhidos pelos atuais, sem que o povo fosse chamado a opinar) é que a insatisfação popular (que, diga-se de passagem, levará o governo à uma profunda derrota nas eleições de novembro) se deve às condições de vida degradantes a que está submetido o povo e que a política salarial do governo só vem aumentar.

Não é sem razão que o general Figueiredo reduz a participação popular aos limites de higiene do povo. Segundo dados do DIEESE os trabalhadores consomem 1,1% do seu salário em produtos de higiene. O regime autoritário com sua política salarial pretende manter nesse limite a participação do povo nos destinos do país. (Eduardo Fernandes).



FINAIS

Filosofia/

O Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo (rua Ministro Godoi, 1484 - Perdizes), promoverá de 2 a 5 de maio uma Semana de Filosofia para "mostrar a um público mais amplo as pesquisas que ora se desenvolvem nos principais centros universitários do Estado". Conferencistas: Bento Prado Jr., Lauro Barbosa da Silveira, Marilena Chaui e Oswaldo Porchat. Participação aberta a todos os interessados, sem cobrança de qualquer taxa.

Debate/

Visando contribuir na articulação de um futuro Partido Socialista (ou agremiação de nome diferente), mas de proposta semelhante), um grupo de professores e intelectuais paulistas deverá criar em breve um Centro de Estudos Socialistas, voltado para o debate de grandes temas políticos atuais. A entidade, fugindo da ambição de tipo acadêmico, e diretamente comprometida com a prática política, deverá ter uma estrutura aberta e democrática, capaz de dar lugar a "tantos quantos se interessam pela busca de alternativas para as lutas populares".

Contra-UNE/

A Polícia Federal intimou três ex-diretores do DCE da Universidade Federal de Minas (gestão 1976/77), para prestar esclarecimentos relacionados ao inquérito policial E-42, instaurado por ordem do Procurador da Justiça Militar, Símeão de Faria". O objetivo da intimação é enquadrar na Lei de Segurança Nacional os participantes do III Encontro Nacional Pró-UNE, realizado em Belo Horizonte em julho do ano passado. O advogado

do DCE, Geraldo Magela, foi informado de que todos os membros das entidades estudantis daquela Universidade serão convocados a depor.

Prisão/

César dos Santos Alves, presidente do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi preso na noite do último dia 24, quando afixava cartazes de convocação para um ato público pró-anistia em Porto Alegre. Imediatamente, surgiram protestos das entidades que compõem o Comitê Unitário pela Anistia naquele Estado, e — após os interrogatórios — César foi solto no dia seguinte.

Fotógrafos/

Os repórteres-fotográficos de Brasília, visando a defesa de seus interesses profissionais, criaram — no início de abril — a União de Fotógrafos do Distrito Federal, presidida por Salomon Cytynowicz (da revista Veja). A primeira briga da entidade foi contra a Kodak, por conta da péssima qualidade de seus serviços e produtos e suas "tabelas de preços".

Ceará/

O Movimento pela Anistia — núcleo do Ceará — reuniu cerca de 300 pessoas para comemorar o aniversário da Anistia de 1945, dia 18 de abril. Na ocasião foi também criada a Comissão do Comitê Pró-Anistia do Ceará, estando presentes intelectuais e deputados do MDB, além da presidente nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia, advogada Eny Pereira.

Medicina/

Mais de 200 estudantes de medicina do Rio Grande do Sul e Santa

Recife/

"De público, através de nossas entidades, manifestamos nosso repúdio às prisões e firmamos nossa posição de defesa intransigente da integridade física e garantia de vida de Valmir Costa, Selma Mendes, Maria Aparecida dos Santos e Edilson Maciel" (trecho de uma nota oficial do DCE da Universidade de Pernambuco). As pessoas mencionadas foram presas no último dia 9, no Recife, após o arrombamento de suas residências pela Polícia Federal.

Faça um cartaz para a Anistia

Os jornais Bagaço, Coojornal, De Fato, Jornal da ABI, Movimento, Pasquim, Repórter e EM TEMPO estão promovendo o lançamento de um concurso destinado a premiar o cartaz que melhor represente, pela sua criatividade e força expressiva, um efetivo apelo pela causa da ANISTIA no Brasil.

Esse concurso tem como data final de entrega o dia 31 de maio e está dividido em quatro categorias: estudantes até o 2º grau, universitários, profissionais (artistas gráficos, artistas plásticos, publicitários, etc.) e uma quarta categoria aberta a todos os brasileiros não incluídos nas outras três.

Ao vencedor do concurso será concedido como prêmio a tela "Prensa de Farinha", de autoria de Djanira. Os outros vencedores do concurso receberão, cada um, como prêmio, uma obra autêntica de quatorze artistas brasileiros vivos, entre os quais: Aldemir Martins, Carlos Scliar, Glauco Rodrigues, Poty e Roberto Magalhães.

Os trabalhos serão utilizados pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia com a finalidade de levantar fundos para a sua manutenção e para o trabalho que vêm desenvolvendo em favor da ANISTIA.

A retirada do regulamento do concurso e a entrega dos trabalhos poderão ser feitas nas sedes dos jornais promotores do concurso. (No próximo número publicaremos - na íntegra - o regulamento deste concurso).

Acertando as contas

Taxas escolares: a revolta dos estudantes de São Bernardo.

Mais de mil estudantes da FEI - Faculdade de Engenharia Industrial, de São Bernardo do Campo (SP), ocuparam a tesouraria da escola, no último dia 24, revoltados com a atitude tomada pela sua diretoria. Eles vinham, desde o início do ano, depositando em juízo as mensalidades com um aumento de 35%, sendo que a faculdade havia estipulado um aumento de 52%. O depósito em juízo foi conquistado através de um mandado de segurança impetrado pelo Diretorio Acadêmico em nome de 2.600 alunos.

O atrito com a diretoria da FEI atingiu seu ponto crítico no início da semana quando ela, afirmando não reconhecer a decisão judicial, impediu os alunos de realizarem suas provas e intimou-os a assinar um termo de compromisso comprometendo-se a suspender o pagamento judicial. Os alunos não só não se submeteram a essa exigência, como reagiram violentamente a ela: derrubaram a porta da tesouraria e rasgaram as centenas de "termos de compromisso" que foram intimados a assinar. No dia seguinte, o Diretorio Acadêmico impetrou novo mandado de segurança no Forum de São Bernardo, para garantir aos alunos seu direito de realizar as provas da faculdade.

Contra o arrôcho salarial! Por melhores condições de trabalho! Pela liberdade sindical!



Este cartaz (ponto de referência para a capa desta edição de EM TEMPO) é uma peça de propaganda da campanha da Chapa 3 - Oposição Sindical - que concorrerá às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Assine EM TEMPO!

Nome Profissão.....
Idade.....Endereço Bairro.....
Fone..... Cidade Estado..... CEP.....
End. Comercial Horário..... Fone.....
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

EM TEMPO
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Cavallini, Antonio de Padua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Eduardo Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Caruto e Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Spicco, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.
DIRETORES: Antonio de P. Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres e Tibério Caruto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Carlos Moreira
Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORES
Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Maria Cristina Plau, Eliezer Rizzo, José Velge, Neclonat, Bernardo Kucinski (editor), Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto, Ottoni Fernandes Jr., Benedito Carvalho, Flávia Rezende, José Luiz. **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehi, Sérgio Squillanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Carmargo, Flávia Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Gilberto Morgado, Edmundo Gomes.

(Av. Ovestado aranna, 1407 - Laje 20): Ana Barros Pinto, Géron Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letícia Meneses, Marcelo Matta, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes, Salvador (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria; **Rio de Janeiro (Rua da Lapa, 200 - s/408):** Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Ennio Brauns Filho, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lígia Bahia, Luiz Antônio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon, Paulo Baia, Paulo César Araújo, Raimundo Teixeira Mendes, Regina Braga, Regina Maria de Abreu, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS
Vitória (ES): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabno, Pedro José Mansur, Victor Martins. **Campinas (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros, Aracaju (SE): David Dantas, Fernando Sávio, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Júnior. **Fortaleza (CE):** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula e Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vínicio Araújo (administração e distribuição); **João Pessoa (PA):** Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campos; **Natal (RN):** Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO — (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Eivira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Helo Gomes.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza (São Paulo); Adelson Oliveira (Salvador); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte). **Diretor-Responsável:** Robinson Ayres.

EM TEMPO, uma publicação da Editora Aparte S/A — rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo-Horizonte). **Redação:** rua Matheus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP: 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e Impresso nas Oficinas da PAT — Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 — Pinheiros (SP) — Telefone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chingaglia Distribuidora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro — Telefone: 388-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

EDITORIAL

Trabalhadores assumem sua data

Pela primeira vez ao longo dos últimos 10 anos, os trabalhadores da Grande São Paulo decidiram comemorar o 1º de maio com um ato público amplo e centralizado, sem a presença de representantes do Governo e colegiais agitando bandeirinhas. A decisão de não dar a esta data um caráter festivo e de confraternização entre autoridades e trabalhadores é mais do que justificada. Afinal de contas foram os operários os que mais sofreram as consequências da política econômica do regime.

Nos últimos 14 anos seu poder aquisitivo foi reduzido à metade, tiveram aumentos salariais inferiores ao do custo de vida, perderam a estabilidade de emprego, tiveram que se submeter ao FGTS, à rotatividade da mão de obra e ao desemprego, padeceram nas mãos do INPS e, para completar, seus sindicatos foram colocados sob intervenção ou sob o controle dos pelegos; enquanto suas principais lideranças conheceram os rigores dos cárceres do regime. Quando não foram mortos.

Um dado revelador: em 1959 um operário que ganhava salário mínimo tinha que trabalhar 65 horas por semana para conseguir a ração de alimentos prevista por lei. Em 1977 este mesmo operário só podia conseguir idêntica ração de alimentos se trabalhasse 144 horas semanalmente, ou seja, 20 horas por dia. Eis um dos motivos que levaram os trabalhadores do Rio Grande do Sul, Belo Horizonte e Rio de Janeiro a seguirem o exemplo de seus colegas paulistas de comemorar o seu dia sem a presença de autoridades que só se lembram dos trabalhadores para lhes pedir mais e mais sacrifícios em nome de um crescimento econômico voltado para o enriquecimento de quem já é rico.

Se os trabalhadores comemoram em 1978 o 1º de maio de maneira diferente dos anos anteriores, não é ape-

nas porque a sua condição de vida chegou ao nível do insuportável. Apesar de relativamente desorganizados, os trabalhadores dão sinal de sua existência e de sua insatisfação com a situação atual. São exemplo disto a luta pela reposição salarial, o movimento de custo de vida, a tentativa de reconquista dos sindicatos e até mesmo a receptividade que certas bandeiras políticas encontraram em certas camadas dos trabalhadores; como a exigência de liberdade sindical, anistia e outras.

Por outro lado, a situação do regime já não é a mesma de quando ele se sentia suficientemente forte para abafar todo e qualquer protesto, especialmente os que vinham dos próprios trabalhadores. No afã de sair de seu isolamento, o regime procura efetivar a sua reforma política e em relação aos trabalhadores procura combinar o uso da força com uma denominação mais política. No plano do discurso, os representantes do regime chegam a admitir - da boca para fora - negociação direta entre trabalhadores e patrões, o direito de greve, uma maior liberdade sindical e estendem a sua tática demagógica do "diálogo" até aos trabalhadores, passando a considerar alguns dirigentes sindicais como legítimos interlocutores da classe operária.

Naturalmente que entre a teoria e a prática há uma distância muito grande. Estas mesmas autoridades são os primeiros a não abrir mão da política do arrocho salarial. Contudo, o simples fato de elas serem forçadas a adotar um discurso demagógico já é um reconhecimento explícito da importância política que os trabalhadores vêm adquirindo. Não que o Governo tenha ilusão de que os trabalhadores venham a se constituir numa de suas bases sociais. Mas sim porque o regime está percebendo que os operários, através de suas reivindicações, podem se transformar numa grave ameaça para os planos e a sobrevivência do

regime, sendo necessário neutralizar desde já esta ameaça.

Os trabalhadores, entretanto, parecem pouco satisfeitos com o que o governo lhes promete e parecem não estar dispostos a aceitar apenas um restrito espaço de participação. É neste quadro que se realizam as comemorações do atual 1º de maio, onde, a exemplo do ato público de São Paulo, são levantadas bandeiras que extrapolam em muito os limites do sindicalismo bem comportado que o governo deseja. Ao lado de algumas reivindicações econômicas, como abono salarial de 20%, e o fim do arrocho salarial, aparecem bandeiras nitidamente políticas, como anistia ampla e irrestrita, o fim da atual lei de greve e liberdade de organização e expressão. Estas reivindicações conspiram, concretamente, contra a intenção do Governo de criar um relacionamento com os trabalhadores no qual estes ficariam afastados da vida política do país.

Face às bandeiras levantadas, salta aos olhos a importância das comemorações do 1º de maio deste ano, como também ficam evidentes as condições que levaram os trabalhadores a tentar recuperar o caráter de luta deste dia. As comemorações não são fruto apenas de um ato de vontade e estão ligadas ao fortalecimento das oposições sindicais, da generalização da luta pela reposição salarial e do acúmulo de forças do próprio movimento operário. Representam, portanto, um passo a mais no sentido de uma maior generalização das lutas operárias e somam-se, objetivamente, à mobilização das diversas camadas sociais que lutam contra o regime autoritário e pela conquista das liberdades democráticas, liberdades estas que têm como uma de suas grandes bandeiras a própria organização independente dos trabalhadores.

Rumo à UEE

Após 12 anos, os estudantes paulistas voltam a eleger a diretoria de sua entidade estadual de representação. Duas chapas no páreo: Construção, uma frente de várias tendências, e Liberdade e Luta.



Pela primeira vez desde 1966 os estudantes paulistas elegeram, nos dias 4 e 5, a diretoria da União Estadual dos Estudantes, UEE, entidade que poderá se constituir na sua principal conquista: do ponto de vista organizacional, nos últimos tempos.

Duas chapas irão concorrer: **Construção** - que é uma frente da maioria das entidades representando as tendências que atuam na Universidade, conhecidas como **Caminhando**, **Novo Rumo** e **Refazendo** - e **Liberdade e Luta**, que conta com o apoio de um número reduzido de entidades.

No início do processo eleitoral todas essas tendências acharam ser necessária a formação de uma frente, mas a forma como foram se desencadeando as discussões acabou levando o grupo **Liberdade e Luta** (Libel) ao isolamento, pois esta só se propôs compor com o grupo **Novo Rumo** e não com os demais. Mas nem isso a Libel conseguiu.

Sobre a frente que se formou, assim se manifesta um integrante de **Liberdade e Luta**: "O momento político é de avanço do movimento e temos que lançar todas as diferentes concepções e não negá-las. Falar em unidade, confundindo posições atrasa o movimento... Ha dois setores no movimento estudantil, um que sabe das tendências e outro que não. Acharmos que este que sabe deve ser referência, pois foi ele que deu força para criar a UEE, tentando atrair a parcela mais atrasada. O próprio fortalecimento da UEE atrairá essa parcela atrasada. A **frentona** teve o referencial no setor atrasado e sobre ele quer avançar. Ela está apoiada em pés de barro, escamoteando as diferenças que a prática mostrará. Por isto não participamos da frente; estamos aí com uma posição clara, definida, sem se aliar com setores atrasados do movimento, principalmente na atual conjuntura".

Por outro lado, os estudantes que formam a chapa **Construção** consideram que "todo o processo de formação

democrática e soberana se convocada por um governo que garanta as mais amplas liberdades democráticas aos trabalhadores e ao povo". E acrescentam: "Ela não é uma questão central hoje, mas a diretoria da UEE deve ter uma posição sobre ela". Foi com esta posição, como princípio, que a frente se organizou e isto significou não colocar a Constituinte como ponto específico do programa da chapa.

Já **Liberdade e Luta** aponta que "a luta pelo fim do regime militar deve ser combinada com a proposta de uma Assembleia Constituinte Democrática e Soberana, que coloque a questão da expulsão do imperialismo, da reforma agrária, e que seja precedida da anistia ampla e irrestrita e da liberdade de organização partidária"; assim, "a luta por uma Constituinte é uma tarefa central hoje... e achamos incorreto lutar pelo fim do regime sem colocar uma alternativa de poder. Falar, como dizia **Refazendo**, que precisamos propor o fim do regime e que a alternativa a isto é a organização popular, é lançar confusão, é querer mobilizar as massas contra o regime sem colocar uma alternativa".

Na polémica sobre os novos partidos **Construção** argumenta que "no fundamental, as propostas de rearticulação partidária não visam plenamente responder às necessidades colocadas pela maioria da população e, se a gente apoiaria tal ou qual partido, em princípio, a chapa não tem posição. Acreditamos que a questão do socialismo pode existir na sociedade como um fato, como uma alternativa, quando realmente as classes trabalhadoras estiverem colocando esta perspectiva, o que não acontece hoje. Quando sair dos círculos restritos, indo às ruas etc, neste momento as entidades de massa vão se posicionar".

"Mas, a reorganização partidária está na ordem do dia", sustenta a **Liberdade e Luta**; "e a UEE terá que tomar posição. A própria burguesia está criando novos partidos, abertamente ou não. Independente disso, a classe operária tem um movimento próprio, irreversível, que se dirige para a construção de um partido próprio, independente." Para esse grupo um Partido Socialista seria prejudicial pois colocaria deturpada a questão do socialismo.

Sobre as eleições de novembro as posições são mais claramente distintas. **Construção** diz que "em princípio, a chapa não tem posição nenhuma sobre o voto e que só oportunamente será fechada a posição da UEE, num processo, como o Congresso, por exemplo". Ao contrário, **Liberdade e Luta** assim se expressa: "Nós somos contra participar de qualquer órgão criado pela burguesia para controlar o movimento de massa, nos não votamos no MDB, não criamos ilusões no MDB, não chamamos para votar nos candidatos mais bonitos do MDB".

(José L. Nadai, Samira Zaidan e Angela Araújo)

A anistia vista de trás das grades

Quatro presos políticos do Rio mostram sua opinião sobre um tema que lhes diz muito respeito. Eles são alguns dos cinquenta em greve de fome.

"Num momento em que até mesmo o governo chileno dá uma demonstração de tolerância, promovendo uma anistia parcial naquele país, é inconcebível que o governo brasileiro insista em manter presos políticos - e o que é pior - em condições carcerárias tão lastimáveis", é o que disse o núcleo baiano do Comitê Brasileiro pela Anistia, num telegrama enviado ao general Ernesto Geisel e ao ministro Armando Falcão, da Justiça, a propósito da greve de fome desencadeada em quatro presídios políticos.

O movimento iniciado pelos condenados pela Lei de Segurança Nacional, que cumprem pena na Ilha de Itamaracá, Pernambuco, ampliou-se na última semana, e atingiu um total de cinquenta grevistas. Água com açúcar e uma pitada de sal é tudo o que eles digerem durante este período.

O isolamento carcerário de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, condenados à prisão perpétua, já se arrasta há mais de dois anos em Itamaracá, mesmo com os constantes protestos, greves de fome coletivas e a solidariedade da comunidade pernambucana. A permanência desta situação constitui o motivo da atitude extrema tomada por eles e pelos seus 13 companheiros de presidio. Em Salvador, três detentos da Penitenciária Lemos Brito aderiram. No Rio, 28 do presidio da Frei Caneca e as três mulheres do Talavera Bruce seguiram o mesmo caminho.

Numa entrevista a EM TEMPO, quatro presos políticos do Rio expressaram seus pontos de vista sobre o debate nacional em torno da conquista da anistia. Eis os depoimentos.

Alex Polari de Alvarenga, 27 anos, preso há sete anos e condenado a prisão perpétua, mais 42 anos:

"A anistia pressupõe o fim do regime, das torturas, desmantelamento da máquina repressiva, abolição das leis de exceção. Pressupõe também a liberdade de expressão e organização, principalmente a liberdade sindical e segurança do retorno das lideranças sindicais, hoje marginalizadas. Nesse sentido, a anistia deve contemplar a todos os atingidos por atos de exceção. Os defensores da anistia que excluem o que praticaram ação armada não percebem que estão sendo vítimas de manobra do regime com o fim de dividir a oposição. E acabam aceitando a conotação que o próprio regime militar quer dar. O objetivo da ação é que defina a sua qualidade e se o objetivo é poli-

tico não há como aceitar o conceito do regime aos que praticaram ação armada.

Por mais que já esteja sendo colocada hoje, a chamada "anistia recíproca" não deve figurar no centro dos debates. Mas na medida em que a luta pela anistia evoluir, a questão dos torturadores certamente vai aparecer. Não há razão para a palavra de ordem "anistia recíproca", porque os torturadores não são oposição ao regime, pelo contrário, são seus funcionários e prestam serviços em seu nome. Hoje não existe nenhum torturador punido pelo regime militar. Portanto, não há porque anistiar quem não foi punido. Mas há que denunciar a tortura. Nós, presos políticos, sempre nos preocupamos em denunciar as torturas que sofremos e pedir inquéritos para apurar responsabilidades. A vinculação da denúncia dos torturadores com a anistia vai se dar na medida em que a campanha cresça e exija definições em relação a essa questão. É perfeitamente cabível a punição dos culpados e ela se dará na hora em que o regime for questionado. Hoje essa questão não deve ser pólo de divergência, mas na medida em que a campanha cresça não há porque escamoteá-la".

Alípio Cristiano de Freitas, 46 anos, condenado a 22 anos:

"Não seremos nós, presos, que vamos determinar os rumos da luta pela anistia no Brasil, mas nos propomos a dela participar. Ela é uma das aspirações do povo vinculada à luta pela democracia. Não entendemos a anistia como uma reivindicação específica dos presos, mas uma bandeira geral, com possibilidades de tomar corpo e conquistar o povo. Há necessidade agora de organizar essa campanha, buscando aproximar todas as forças num comitê nacional, coletar assinaturas em amplos setores, com a perspectiva de extrapolar os limites da classe média e chegar até a classe operária. Todos esses organismos devem buscar aproximação com a massa e transformar a luta pela anistia num amplo movimento de massas. Do contrário, anistia continuará sendo um jogo de barganha, pelo qual um cassado promete se comportar bem e em troca readquire os seus direitos políticos".

Perly Cipriano, 33 anos, condenado a 84 anos:

"Somos contra a anistia parcial ou gradual, porque ela só serve para dividir a oposição ao regime, e com essa divisão deixa pairar a ameaça sobre todos os setores. Já que qualquer atividade pode ser arbitrária-

mente proibida. Hoje o regime só aceita discutir a eliminação do artigo 185 da Constituição, que proíbe os cassados de fazer política. Entendemos que a anistia não é uma dádiva, mas uma conquista política que culminará com o fim do regime e é com o conteúdo de ser ampla, geral e irrestrita que ela deve atingir a todos que algum dia fizeram oposição ao regime e por isso foram punidos por leis de exceção. Os militares que em 1964 foram afastados de sua atividade devem ser reintegrados à ativa. A anistia de 1945 atingiu os funcionários civis e não os militares, mas nossa posição é pela sua reintegração nos quadros das forças armadas.

A chamada "anistia recíproca" já parte de uma perspectiva incorreta, na medida em que coloca no mesmo plano torturadores e torturados. Mas essa questão hoje não é central e nem deve servir de divisor de águas para a oposição. É claro que do ponto de vista das famílias das pessoas assassinadas e "desaparecidas" a questão da tortura não pode ser esquecida simplesmente. Mas as formas de punição aos torturadores vão depender da correlação de forças na época em que vier a anistia. Hoje é importante tratar da tortura em forma de denúncia, porque levanta o problema da responsabilidade do próprio regime militar. O importante é não resistir a uma tortura apenas ao torturador, mas, vinculá-la ao regime militar que a sustenta".

Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, 31 anos, preso há oito e condenado a 31 anos:

"Não defendemos anistia para os corruptos. Alguns deles foram até beneficiados pelas leis de exceção, que os livrou da cadeia. Ao ser aplicada, a lei de exceção libera o corrupto de processo e condenação. Inclusive o regime não desenvolve uma devassa real da corrupção porque também é corrupto. O caso de Yolanda Costa e Silva é um exemplo: ela esteve envolvida no processo do "Bom Burguês" em 1969, acusada de corrupção na venda de telefones em Brasília. O "Bom Burguês" foi condenado a 10 anos e a ela não coube nada, nem interrogatório. Não defendemos anistia para os corruptos, mas achamos que eles devem ser processados criminalmente, com direito de defesa. Que os casos sejam examinados pela justiça, pois na verdade foram poucos os processos e condenados por corrupção. Na nossa longa vida de cadeia nunca tivemos notícia da existência de algum preso corrupto".



Zero 70

Um primeiro de maio operário

Em Osasco, um ato unificado de nove oposições sindicais da Grande São Paulo. Em todas igrejas do Grande Rio, a Pastoral Operária apresenta uma mensagem e homenageia "os que tombaram na luta pela libertação dos trabalhadores". Em Belo Horizonte, na Cidade Industrial, foi programada uma missa e há expectativa de comparecimento de dez mil moradores da região. A Semana Sindical marca a passagem da data em Porto Alegre. Assim, os trabalhadores retomam o 1º de maio.

O perfil do 1º de maio começa a mudar. O próprio governo procura marcar sua presença nas tradicionais festividades do dia dos trabalhadores, consagrado desde 1886, quando houve o célebre episódio de Chicago. Por exemplo, o general Ernesto Geisel aparece em Porto Alegre e São Paulo para as comemorações oficiais. Mas por outro lado, pela primeira vez nos últimos dez anos, os trabalhadores voltam a ser os principais personagens do seu próprio dia.

Em São Paulo, nove oposições sindicais e oito movimentos de assalariados convocaram uma manifestação unitária para a igreja do Bonfim, em Osasco, às 15 hs do dia 1º, "com o objetivo de fazer avançar a organização e as lutas dos trabalhadores" (ver abaixo).

A Igreja Católica programou para a praça da CEMIG, uma das mais conhecidas da Cidade Industrial de Belo Horizonte, uma missa de encerramento da Campanha da Fraternidade, cujo tema é "Trabalho e Justiça". A coordenação está a cargo de uma Comissão Pastoral e conta com o apoio de d. Arnaldo, bispo auxiliar da capital mineira, e de todos os padres da Cidade Industrial. Espera-se que a concentração receba dez mil moradores da principal zona fabril da Grande BH. Prevê-se também a possibilidade de "caminhas operárias" com início em algumas igrejas e fim na praça da CEMIG.

A convocação distribuída lembra o episódio de Chicago: e fala da sua atualidade: "Hoje, 92 anos depois, a maioria dos operários brasileiros trabalha mais de oito horas por dia. Trabalho e Justiça para todos significa jornada de trabalho de oito horas, com salário suficiente para viver com dignidade. O governo está combinando aumento de salário na base de 38 a 40 por cento. Entretanto, o custo de vida em Belo Horizonte subiu mais de 65%, ou

seja, o salário mínimo vai ficar este ano 25 por cento mais achatado. Isto significa que vai ter que comprar menos feijão, arroz pior, menos carne. Trabalho e Justiça para todos significa que o salário suba mais que o custo de vida, e não o contrário".

A Pastoral Operária planejou a leitura, em todas as igrejas do Grande Rio, de uma mensagem, durante as missas, assinalando que as reivindicações dos trabalhadores hoje semelhantes às que eram feitas na época em que foi instituída a comemoração do 1º de maio: jornada de oito horas de trabalho, melhores condições de vida, a não exploração do trabalho da mulher e do menor, melhores salários, autonomia sindical, poder de negociação direta com os patrões, direito de analisar e opinar assuntos mais importantes da nação. O caráter das missas é também o de "homenagear a todos que tenham tombado no campo de batalha pela libertação da classe trabalhadora".

Dez sindicatos, três federações e a Associação de Advogados Trabalhistas organizaram em Porto Alegre uma Semana Sindical, com debates sobre Consolidação das Leis do Trabalho, Custo de Vida e Política Salarial, Contratação Coletiva do Trabalho e Novo Sindicalismo. Outra iniciativa é uma mensagem para publicação na grande imprensa no dia 1º de maio. O presidente do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra, acha que nesta data histórica, os trabalhadores "devem evidenciar as razões de ter obtido algumas conquistas e pelas mesmas razões permanecer nas lutas pela obtenção de novas conquistas". Os aspectos que ele considera em primeiro plano hoje são: "a estrutura sindical precisa ser revogada, pois a que está aí é de cunho fascista e corporativista. O direito de greve deve ser restabelecido, pois sem ele não pode haver livre negociação entre

as partes e não podemos chegar à contratação coletiva do trabalho que é o sucedâneo legítimo e justo da CLT."

Olívio Dutra ressalta ainda que o 1º de maio "deve ser um dia de reflexão, deve ser um dia em que se deve colocar todos estes problemas a público para todas as categorias, para as autoridades, para os empregadores, e também homenagear os heróis operários num plano mundial". Na sua opinião, "os trabalhadores que em 1886 se levantaram contra as condições de trabalho nas fábricas, contra o horário ilegal da jornada, e que em razão disto foram castigados e muitos até sacrificados, merecem respeito das mais diferentes categorias... em sua memória não se deve cair no manobristismo de patrões ou governos que tentam dar aos sindicatos um cunho meramente assistencialista e recreativo".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre, João Paulo B. Marques, argumenta na mesma linha: "O 1º de maio é o maior dia de protesto e de reivindicação do trabalhador, nacional ou mundialmente. Não é um dia de festa se o trabalhador hoje passa fome. Hoje, temos que denunciar a farsa da festa organizada oficialmente. Esse deve ser um dia de tristeza e exigências."

Um velho metalúrgico, que trabalhou como torneiro mecânico no Rio entre 1938 e 1966, também concorda com este sentido do 1º de maio: "Todo mundo sabe — é um dia de luta. É o dia de pegar a bandeira do sindicato e reivindicar melhores salários, melhores condições de vida e maior participação política para o trabalhador. É o dia de encontro da classe para fazer um balanço de suas reivindicações e lutar por elas. E não um dia de festas como se faz atualmente", disse a EM TEMPO.

"Façamos da data um ponto de partida"

"Em 1886 os operários de Chicago se manifestaram na ruas, em luta pela jornada de 8 horas de trabalho. Essa luta, que custou a vida de muitos operários, foi vitoriosa no mundo inteiro e desde essa data os trabalhadores fizeram do 1º de Maio um dia de luta por suas reivindicações.

Nos últimos anos no Brasil, o 1º de Maio não tem tido esse caráter, pelo fato dos trabalhadores não contarem com uma organização própria que represente seus interesses.

A jornada de 8 horas se transformou em 10, 12 ou 14 horas de trabalho pesado. Os nossos salários têm sofrido constante desvalorização. O arrocho salarial diminuiu o salário mínimo em cerca de 250% desde 1964. O salário profissional em cerca de 60%. Se antes de 64, trabalhando uma pessoa em cada família se podia sobreviver, hoje é necessário que pelo menos duas pessoas trabalhem.

Nas fábricas os patrões só se preocupam com a produtividade e assim vemos dia a dia piorarem nossas condições de trabalho. Os sindicatos atuais por sua vez encontram-se em sua maioria nas mãos dos representantes dos patrões e do governo, os pelegos. Não temos direito a organizar nossos próprios partidos e nos organizar num sindicato independente.

A classe operária enfrentando todas as arbitrariedades, as leis e os abusos do governo e dos patrões. É assim que a lei de greve tem como objetivo calar as reivindicações dos trabalhado-

res e colocar nossas lutas como puro caso de polícia; é assim que a lei do arrocho salarial tem como objetivo rebaixar cada vez mais os salários e engordar os bolsos dos patrões; é assim que as lutas dos trabalhadores são reprimidas a ferro e fogo, como a revolta do metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo onde os órgãos da polícia política do governo intervieram com violência, espancando, prendendo e torturando.

Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer desse 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas.

Nesse momento nossas lutas são por um aumento geral de 20% não compensável nos reajustes, para todos os trabalhadores e por um salário mínimo que recupere o poder aquisitivo perdido com os constantes aumentos do custo de vida.

Além dessa luta, que só pode ser levada pelo conjunto dos trabalhadores é necessário que conquistemos a liberdade de nos manifestarmos e de nos organizarmos livremente.

Em defesa de nossas conquistas e direitos muitos trabalhadores foram presos e perseguidos. Assim a anistia, ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos deve ser uma reivindicação assumida por todos os trabalhadores.

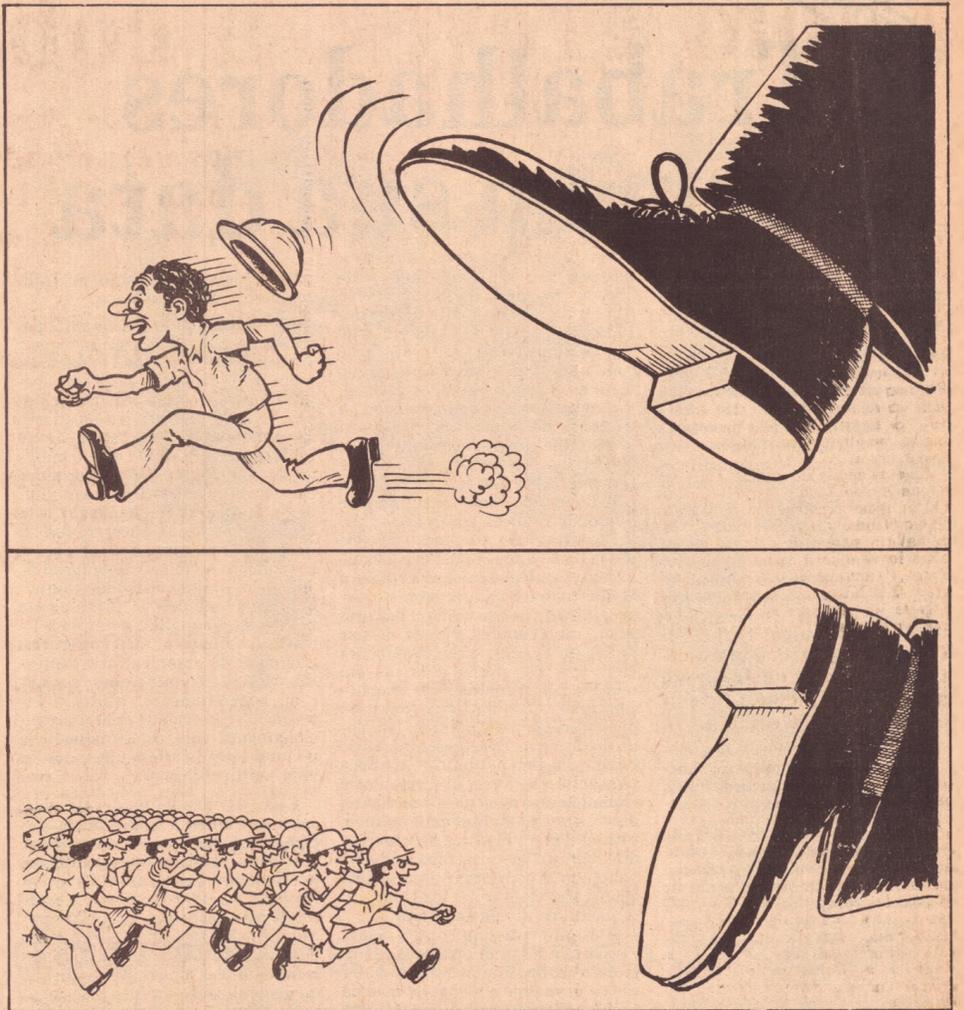
bras, nas fábricas, nos locais de trabalho, nos sindicatos, etc.

E com o objetivo de fazer avançar a organização e as lutas dos trabalhadores que convocamos todos os companheiros a participarem de uma manifestação unitária, um primeiro de maio operário, a ser realizado em Osasco na defesa dos seguintes pontos:

Por um aumento de 20%, imediato e sem desconto, a todas as categorias de trabalhadores! Contra o arrocho salarial! Por um salário mínimo nacional! Anistia ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos! Pela Liberdade Sindical! Pelo Direito de Greve! Liberdade de Organização e Manifestação para os trabalhadores! Todos a manifestação unitária! Viva o 1º de Maio, Dia de Luta dos Trabalhadores!!!

Assinam a convocação:

Oposições sindicais: metalúrgica de Osasco, gráficos de São Paulo, bancários de SP, construção civil de Osasco e São Paulo, trabalhadores de papel e papelão de SP, químicos de SP, S.A.B.E.S.P. de SP e setores da metalúrgica de SP. Movimento dos Jornalistas por um Sindicato Independente, Movimento de Oposição Aberta dos Professores, Pastoral Operária de Guaianazes, Trabalhadores Gráficos Independentes, Trabalhadores da Indústria de Artefatos de Couro e Plásticos de SP, Metalúrgicos Independentes de São Bernardo e de São Paulo, Movimento de União dos Professores.



Jornal "Peão"

"A luta não parou nesses dez anos"

As vésperas do 1º de maio, ocorre em Belo Horizonte o lançamento da Oposição Sindical dos Metalúrgicos. Aqui, a história do seu surgimento, que remonta à repressão da greve de outubro de 1968, em Contagem.

Nas fábricas da Cidade Industrial de Belo Horizonte, uma notícia nova, quando aparece corre de boca em boca. Os operários dizem então que veio pela "Rádio Peão". Nas vésperas do 1º de maio, a rádio virou um jornal de verdade: Peão, de quatro páginas, tamanho grande, anunciando o lançamento da chapa de Oposição Sindical dos metalúrgicos, o fato mais importante no movimento operário regional desde as greves de abril em outubro de 1968, em Contagem.

As eleições para o sindicato da categoria profissional mais numerosa da Região Metropolitana de Belo Horizonte estão marcadas para o período de 10 a 14 de julho.

O programa da oposição exige salários compatíveis com o aumento do custo de vida, direito de greve, fim do arrocho salarial, condições humanas de trabalho nas fábricas, negociação direta com os patrões, contrato coletivo de trabalho, estabilidade no emprego, piso salarial justo para a categoria, férias em dobro, e salário igual para trabalho igual, principalmente no caso das mulheres e dos menores. Pretende conti-

nuar a luta pela reposição dos 24,4% e combater o desemprego.

A conquista de um sindicato independente também faz parte da plataforma: "A diretoria lutará pela autonomia sindical e pelo direito de se expressar livremente. Lutará pelo desligamento dos Sindicatos do Ministério do Trabalho. Os diretores à disposição do Sindicato em tempo integral não receberão das indústrias, mas do sindicato, para conservar a independência. Seu salário será igual ao da carteira e, o aumento, conforme o da categoria. Os diretores não receberão ajuda de custo nem outras regalias. Farão declaração de bens perante a categoria, mediante documento escrito ao assumir e deixar o cargo. A diretoria prestará contas da situação financeira do Sindicato cada quatro meses".

Nesta entrevista, Ignacio Agero Hernandez, um dos membros da chapa, conta como nasceu a Oposição Sindical e relembra os últimos dez anos de participação política dos trabalhadores na Cidade Industrial.

Pergunta: Desde a repressão à greve de outubro de 1968, em Contagem, quando o sindicato dos metalúrgicos sofreu intervenção, não se tem registro de uma luta operária aberta, caracterizada pela mobilização da classe, na região industrial de Contagem. O que aconteceu nesses 10 anos? Como se chegou a formar a oposição?

Resposta: Na greve de abril de 68, os líderes operários reconhecidos pela classe orientaram o movimento. Na greve de outubro houve influência do movimento estudantil, que embora muito bem intencionado, desembocou aqui e, precipitadamente, orientou a convocação de uma greve, num momento em que a classe estava despreparada. A primeira greve se alastrou facilmente para muitas fábricas, com piquetes e comissões de fábrica. O movimento avançou. Logo após o 1º de maio de 1968, quando o Enio Seabra, líder metalúrgico, foi preso, os operários da Mannesmann, onde ele trabalhava, ameaçaram fazer uma greve e paralizar o alto forno se ele não fosse imediatamente restituído à classe. Ele foi solto e aquilo foi uma pressão muito boa dos trabalhadores sobre o movimento repressivo daquela época.

Na segunda greve, a polícia militar invadiu as fábricas, prendeu muita gente e toda liderança foi presa. As empresas fizeram listas negras e dispensas em massa.

P: A derrota durante a greve de outubro, depois o AI-5, a repressão tudo isto enfim, levaram os operários a se afastarem do sindicato?

R: Já em 1969 o Delegado do Trabalho, Onésimo Viana, convidou o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, João Soares Silveira, para encabeçar a diretoria do Sindicato. A chapa foi criada do Onésimo. E essa diretoria esvaziou completamente o sindicato. O pessoal combativo deixou a entidade. Muitos foram trabalhar noutros estados, porque estavam nas listas negras. O número de sindicalizados caiu enormemente. Então, o João Silveira começou a fazer a campanha de sindicalização baseada na assistência médica, e o número de sindicalizados cresceu. A classe estava muito amedrontada. Isso nos percebemos nesses dez anos pelas mais diversas fábricas porque temos passado. Nelas, na hora do almoço, a

gente conversava a respeito desses fatos. Muita gente tinha participado, corrido da polícia, feito piquete, soltado boletim. Esse povo não estava mais em condições de participar. A repressão era muito grande, muita gente estava desiludida. Por qualquer motivo tinha ameaça policial, tinha revista nas casas dos companheiros. Houve várias prisões por volta de 72/73. Mas durante esses anos todos houve pequenas lutas nas diversas fábricas, como a greve tartaruga de dois meses feita na Pohlig-Haeckel, em quatro seções da fábrica. A luta não parou nesses anos. Foi desse trabalho difícil, localizado nas fábricas, que se conseguiu chegar agora à organização da oposição e à formação de uma chapa.

P: Durante esses anos de marasma, por assim dizer, esses operários que levaram a luta adiante, nas fábricas, não tiveram participação no sindicato?

R: O que se fez até mais ou menos 1975 foi exclusivamente o trabalho de fábrica. Criação aqui e ali de movimentos muito isolados entre si, levando a luta por pequenas reivindicações, e todos agindo muito amedrontados. Não se fez trabalho sindical, nem campanha sistemática de sindicalização. Não houve nenhuma condição em agir dentro do sindicato. O trabalho de fábrica foi sempre muito prejudicado porque sempre havia as dispensas dos operários mais combativos. Foi essa dispersão que caracterizou o período que vai de 68/69 até meados de 1975.

P: O que mudou a partir daí?

R: Houve uma certa mudança com o lançamento de uma chapa que concorreu contra o "bicho preguiça" nas eleições sindicais de 1975. O núcleo de operários não participaram da chapa mas fizeram propaganda. Isso já começa a mostrar um interesse maior pela luta sindical, pela conquista do sindicato. Mas ainda sem qualquer trabalho de unificação. Em 1976 a situação avançou mais. Durante a campanha salarial já houve interesse em participar nas assembleias sindicais. Alguns operários, poucos, lutavam pelo aumento de 200 por cento, outros pelo aumento de 200 por cento. Isso era feito de maneira dispersa. A participação nas assembleias era mais para denunciar o pelego. Desde fins de 1976, as pequenas lutas foram aumentando. Os operários passavam a reivindicar melhorias das

condições de trabalho. Para colocar mais ou menos um marco nessa história, a campanha salarial de 1977, setembro a outubro é decisiva. Pela primeira vez desde 1968, se conseguiu ganhar uma votação na assembleia do sindicato. Os operários votaram contra o desconto que o sindicato fazia em folha para financiar gastos com assistência, patrimônio e burocracia. Quando essa luta pelo não desconto começou, os patrões metalúrgicos, o chamado "grupo dos dez", também começaram a promover um desemprego fictício.

O importante é que muita gente começou a tomar consciência de que estava começando a se formar na prática uma oposição sindical. Então começou a se falar em eleição. A se falar em fazer alguma coisa dentro do sindicato. Acharmos que já foi uma reviravolta e em muitas fábricas os operários começaram a enxergar o problema. A luta pela reposição salarial veio em seguida. Ai, nós conseguimos aprovar em assembleia uma Comissão de mobilização da campanha pela reposição, com o objetivo de mobilizar a classe e organizar a luta a partir das fábricas e para dentro do sindicato. A comissão conseguiu levar 1500 operários à assembleia que decidiu os rumos da luta. O pelego quis dar o golpe, invertendo o resultado da votação. Foi uma coisa tão descarada que ele teve que convocar outra assembleia. Então, naturalmente, isto tudo foi despertando no pessoal a ideia do nascimento de uma oposição metalúrgica.

P: Como surgiu a chapa atual?

R: A Oposição surgiu devido, em grande parte, ao fato das eleições sindicais estarem aí. A gente está vendo isto já faz um ano, mas não acreditava ter a força que estamos tendo. A chapa surgiu de diversas fábricas, foi um negócio espontâneo, feito principalmente nas grandes fábricas. Num encontro amplo ele decidiu que as pessoas nas fábricas explicassem aos companheiros o que era um programa e que perguntassem aos operários o que se deveria incluir no programa da chapa da oposição. Apareceram muitas ideias que foram concretizadas. Depois disso, foi aprovado ponto por ponto num encontro amplo. Assim, já formada a oposição, as lutas aqui na Cidade Industrial entram numa nova fase. O trabalho isolado de fábrica agora vai estar voltado para a luta pela conquista do sindicato e fortalecimento da oposição.

“Com greves, a cobra vai fumar”

(Depoimento a Flaminio Fantini)

Em 68, aqui em Osasco, depois que a oposição assumiu a diretoria do sindicato, mesmo debaixo da repressão, os trabalhadores fizeram até uma greve. Foram massacrados. Vinham depositando cada vez mais confiança no sindicato, até que foram reprimidos pela cavalaria e por tropas que tinham até cachorros. Depois disso, começou a crescer o medo dentro do operariado. As oposições sindicais em 1968 ainda eram novas, mas já tinham certa força. Um bocado de líderes da época teve que se exilar e outros foram presos ou mortos. Por isso, na prática, quase não existiram oposições sindicais entre 1969 e 1973. Só a partir de 1974 é que o movimento operário começou novamente a tomar forma.

Hoje, as oposições sindicais nascem e renascem em todo o território nacional, em todas as categorias. A oposição sindical é uma alternativa para os trabalhadores saírem de debaixo da exploração: se opõe à estrutura sindical oficial, ao arrocho salarial e à lei anti-greve 4330. Mas é através da greve que a gente vai reconquistar tudo aquilo que perdeu nos últimos anos - e mais!

O atrelamento dos sindicatos ao Estado é antigo, mas nunca prejudicou tanto a classe operária como de 64 para cá.

Para entender bem o que aconteceu com o movimento operário é preciso ir para trás no tempo. No começo do século, a industrialização ainda estava no começo, era fraca, mas o operariado era forte. Isto porque os trabalhadores da época, espanhóis e, principalmente, italianos, já traziam uma experiência de luta dos seus países. Em 1937, talvez porque via a força da classe operária, Getúlio Vargas oficializou os sindicatos. Oficializou, mas amarrou os sindicatos ao Ministério do Trabalho, criando entraves para os movimentos da classe.

Esse fato está na base do populismo, das políticas que manobravam a classe operária para atender objetivos de quem estava no poder. Mesmo assim, até 64, ainda existia vida sindical, greves e os operários conquistavam certas reivindicações. Mas veio a revolução de 1964 principalmente contra os trabalhadores e trouxe o arrocho. E como o sindicato continuou atrelado ao Ministério do Trabalho, dá pra entender porque a classe se enfraqueceu tanto de lá pra cá.

De 1969 a 1973: os anos mais negros que a classe operária viveu

Depois de 64 cresceu o fenômeno do peleguismo sindical. As diretorias que pegaram os sindicatos nas mãos - como interventoras ou em eleições - enganaram e passaram a desmobilizar os trabalhadores. Durante todos esses anos, enquanto a mão do arrocho foi esmagando cada vez mais forte o estômago dos trabalhadores, os sindicatos foram ficando cada vez mais assistencialistas e os diretores sempre inaugurando cônica de férias e dizendo que no sindicato tinha médico, dentista... O trabalho, com isso, foi perdendo toda confiança no sindicato, foi esque-

cendo que o sindicato é da classe e foi se afastando.

Além disso, durante todo esse tempo, o povo foi se intoxicando de televisão e futebol. Cada vez mais, muitos trabalhadores foram esquecendo que pertenciam a uma classe e se preocupando só com eles mesmos como indivíduos. Até hoje está cheio de operário que vive sonhando ganhar na loteria esportiva ou tirar o fundo de garantia e abrir um comércio para ficar rico. Fica sonhando e sendo arrojado, esquecendo que nem ele nem o companheiro de bancada vão ter como sair dessa situação.

Bem, mas foi de 1969 pra frente que a coisa ficou preta mesmo. Quase todas as lideranças foram desligadas da classe pela repressão: muitos foram presos e até mortos. Junto com o medo que ganhou, a classe perdeu seus líderes. Em todos os lugares isso aconteceu. Imagine aqui em Osasco, então, onde houve até greve! Foi nesse período que o peleguismo se fortaleceu mais e quase sumiram as oposições sindicais. Quem não estava dentro das fábricas imaginava que o movimento operário tinha acabado de uma vez.

Mas não havia só medo: Alguns tinham sobrado e resistiam

Por mais golpeada que foi, nem tudo acabou para a classe operária. Sempre sobra algum companheiro, com alguma experiência, ainda que limitada. De 69 a 73 quase não havia oposição operária, mas a Igreja - ou melhor certos padres e bispos progressistas - deram uma grande ajuda à classe operária. Nessa fase foram muito importante a Ação Católica Operária (ACO) e o movimento das Comunidades de Base da Igreja, que apesar de não ser criado dentro das fábricas, era uma forma de manter uma chaminha viva e ir mostrando para o trabalhador o seu dia-a-dia, segundo os princípios do ver, julgar e agir do Evangelho.

As comunidades de base são mais ligadas a bairros e vilas. Como existem em regiões operárias, por pouco que fosse, sua atividade tinha um conteúdo operário. Nelas se luta por esgoto, água, melhores transportes, etc. Se construía escolas, preparava o pessoal para cursos do SENAI e se alfabetizava alguns.

A ACO se aprofundava mais no movimento operário. Na época, cada trabalhador que era da ACO tentava desenvolver um trabalho dentro da fábrica, mostrando pros companheiros que, apesar do nosso processo de luta estar barrado, estar muito lento, estava caminhando. Para cada um com quem conversava, o membro da ACO procurava mostrar as contradições ali mesmo, dentro da fábrica.

De 69 até 73, muito pouco trabalho existiu fora da ACO e das Comunidades. Em 74, alguns companheiros voltaram a levantar algumas bandeiras em assembleias sindicais. Mas era tão poucos e tão fracos que nem tinham condições de defender essas bandeiras. Nessa época, porém, já existiam as primeiras condições para o desenvolvimento do movimento operário. Podemos afirmar com segurança que os votos no MDB naquela época, significavam um protesto pra valer da classe operária.

José Pedro da Silva é uma figura de destaque no movimento sindical de Osasco, local escolhido para o 1º de maio unitário da Grande São Paulo. “O maior inimigo é a falta de liberdade para agir”, afirma neste depoimento. Caldereiro da indústria, Brown Boveri, ele foi o presidente da chapa de Oposição, que enfrentou o peleguismo nas recentes eleições para o sindicato metalúrgico. Zé Pedro conta agora um pouco das lutas que o movimento operário vem travando desde 1969 na maior região industrial do país.

O ressurgimento das oposições sindicais.

Em 72/73 surgiu uma corrente de pensamento que achava que não se devia participar da vida sindical, nem tampouco das oposições sindicais. Mas o sindicato é um órgão da classe operária, é uma conquista dela.

Defendo que a gente tem que agir dentro do sindicato que está aí, que tem que ganhar ele para as mãos dos trabalhadores. Digo para os trabalhadores porque as Oposições Sindicais não são movimentos cupulistas, precisam chegar às diretorias dos sindicatos, com as bases organizadas ou se organizando, conscientes. Por isso, acho que as oposições têm também que atuar dentro das fábricas, formar grupos de fábrica que, com seu crescimento, devem se transformar em comissões de fábrica.

A chapa que subir pra diretoria do sindicato assim vai ser forte. Vai poder sentar na mesa de negociações com os patrões e ser respeitada. Poderá discutir a Contratação Coletiva de Trabalho com as bases organizadas, prontas até pra parar a produção. Só assim os operários vão poder convencer o patrão a ceder um pouquinho dos seus privilégios.

Foi participando das assembleias sindicais que as oposições comemoraram o renascer, em 76/77. Um exemplo: nas assembleias pelo dissídio coletivo que aconteciam, pessoas da oposição (como grupos de fábrica que pensavam diferente das diretorias) se apresentavam, levantavam propostas e as defendiam. Eram manobradas pelos pelegos e as suas propostas, quase sempre derrotadas. Mas essas pessoas iam se conhecendo e sendo reconhecidas pelos outros como uma alternativa de combater aquilo que estava errado. Assim, sem dizer que eram de oposição pra não perder o emprego essa gente começou a trabalhar junto, a ter mais força. Em vários sindicatos as



NIELS ANDREAS

oposições ganharam em assembleias. Foi o que aconteceu aqui em Osasco na assembleia pela reposição salarial. E começaram a surgir as chapas de oposições, em todas as categorias.

Durante um certo tempo, nenhuma oposição possuía jornal. Hoje, todas as oposições distribuem o seu boletim, contribuindo para formar um novo movimento operário.

Assim como estão surgindo as oposições, surgem outros tipos de movimento, como o custo de vida que se desenvolve a partir do trabalho de um grupo de mães da Zona Sul. Esse movimento hoje assume enormes proporções em termos de conquistas como vimos na Assembleia que reuniu 5 mil pessoas. O mesmo se pode dizer dos movimentos pela anistia.

O movimento operário está ressurgindo assim, num momento, em que outros setores estão descontentes, como a pequena burguesia. E isto tem tido repercussão dentro das fábricas. As passeatas dos estudantes, por exemplo, eram comentadas no horário de almoço e nos banheiros das fábricas. Alguns operários chegaram até a discutir a “Carta à População” que os estudantes distribuíam nas ruas. Muitos operários, aliás, não entendiam o que queria dizer Diretorio Central dos Estudantes. Quando ficavam sabendo, diziam: “Bom, se os estudantes possuem um DCE, nós

precisamos fazer o nosso DCO (Diretorio Central de Operários)”. E se os estudantes podem fazer greves, os operários também devem. Mas no dia em que os trabalhadores fizerem greve, aí é que a cobra vai fumar.

O movimento operário precisa crescer em quantidade e qualidade

Muita gente imagina que o maior inimigo da classe operária é o peleguismo. Mas não é. Nossos maiores inimigos são: a ganância dos patrões e a estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho. Os pelegos só são filhos desses dois fatores.

Para o movimento operário crescer não basta vencer os pelegos em eleições. É preciso fortalecer a classe para ela superar a própria estrutura sindical. Por isso, durante a campanha a gente dizia que continuaria sendo oposição, mesmo que virasse diretoria do sindicato. Mas, para chegar a esse ponto, o movimento precisa crescer muito em quantidade e em qualidade. Não podemos respitar a história destes últimos 14 anos: dar alguns passos adiante e depois ter que recuar tanto. Temos que caminhar devagar e firme para não perder o passo.

Nas oposições que conheço, alguns companheiros pensam que o negócio é

preparar um grupo pequeno de companheiros, conscientizá-los ao máximo e só depois levá-los para um trabalho maior. Isso não é certo. Quando estamos trabalhando com 3 ou 4 companheiros, devemos pensar também em atingir o maior número de companheiros no espaço de tempo mais curto possível. No movimento sindical, existem companheiros que, embora com uma grande visão política, são incapazes de durante dois ou três anos trazer mais um único companheiro para participar da oposição. Então ou penso: como é que eles podem ter tanta capacidade e serem incapazes de organizar mais companheiros? Por que falam tão bem para um ou dois, mas não conseguem falar para a massa? Nossa posição é o contrário dessa. Somos favoráveis a convidar todos os companheiros a participar da oposição, respeitando seu nível de consciência. Afinal não é com propostas analíticas que se consegue atrair companheiros para a luta, mas com propostas concretas.

Outros companheiros acham que não se deve atuar nos sindicatos e nos criticam por participarmos, enquanto oposição, das eleições sindicais. Justificam isso dizendo que a alternativa é constituir apenas grupos de fábrica. Mas passam os anos e a gente não vê esses grupos de fábrica. Então a gente só pode concluir que eles não têm alternativa pra frente.

O SINDICATO E A FÁBRICA

José Álvaro Moysés

Uma velha questão do movimento operário ressurgiu com a onda crescente de reivindicações dos trabalhadores: até onde a ampliação da atuação sindical inibe a organização de base?

O ressurgimento das reivindicações sindicais, em vários Estados do país, em meio à mais grave crise política enfrentada pelo regime autoritário desde 1964, reocorreu na ordem do dia o tema da participação política da classe trabalhadora. Estariam os trabalhadores brasileiros saindo, finalmente, do longo “silêncio” que se abateu sobre eles nestes 14 anos de imobilidade imposta pela força?

Ao contrário do que poderiam sugerir os analistas impressionados com o chamado “silêncio” da classe trabalhadora, é necessário indicar que as atuais reivindicações, da qual a campanha pela reposição salarial é um momento significativo, não são novas. Nem expressam a emergência de um novo sindicalismo no Brasil.

Na realidade, essa movimentação representa, em grande parte, a expressão institucional, isto é, no plano dos sindicatos reconhecidos pela legislação, das reivindicações que desde 1972/73 já vinham sendo feitas na base do movimento operário. Essas reivindicações manifestadas na prática de resistência não tinham conseguido expressar-se ainda publicamente, devido à grande rigidez da estrutura sindical brasileira. Entretanto, uma das características que marca a atual conjuntura, de aguda crise política, é o afrouxamento de algumas das amarras do sistema político.

É interessante observar que, segundo os relatos que apareceram na imprensa operária, aumentava a cada ano o número de empresas da região da Grande São Paulo onde se formavam as comissões de fábrica, articulando os trabalhadores em face da política do arrocho salarial e dos aumentos de custo de vida. Para fazer frente às suas necessidades de subsistência, os trabalhadores tinham de trabalhar cada vez

mais, aumentando o número dos que faziam horas-extra e a quantidade global de hora-extra em cada empresa. Para manter, a sua renda, a família operária era obrigada a incorporar mais membros seus na força do trabalho. Por outra parte, a ameaça de desemprego volta em meia rondava os operários. As crises setoriais da indústria atualizavam essas ameaças e ao mesmo tempo, impunham um ritmo de trabalho ainda maior. Esses problemas foram criando condições para que emergissem, em importantes empresas da região do Grande São Paulo e do Rio de Janeiro, uma nova prática, baseada na mobilização de base, que expressava a vitalidade do movimento operário, e ao mesmo tempo, a profunda debilidade da estrutura sindical, incapaz de oferecer qualquer solução organizatória para a classe em momentos extremamente críticos, quando a crise tende a tornar muito críticas as condições de vida dos trabalhadores.

Isso é o que explica que de forma mais ou menos difusa e espontânea esses setores operários tenham tido a necessidade de encontrar um canal coletivo para articular os seus problemas e organizar a sua ação. Entretanto, como as comissões de empresa não são reconhecidas pela lei e operam em condições de repressão e controle extremamente severos, o problema da sua continuidade depende em grande parte de suas possibilidades de articulação em termos que extravasam os limites de uma unidade de produção. Eis como surgiu a Oposição Sindical.

Círculo de giz.

O fenômeno de convergência entre as aspirações de base do movimento operário e a sua expressão institucional não é novo no Brasil. Algumas experiências anteriores indicam claramente

que houve uma tendência de se confundir a questão da organização da classe operária com a sua expressão institucional, através dos sindicatos oficiais ou dos organismos “duais” criados, nos anos 50 e 60, para revitalizar os anteriores. Por esta razão, talvez seja conveniente chamar a atenção para o fato de que a canalização de certas tendências espontâneas para o plano do Estado, onde se inscrevem os sindicatos, tem sido frequentemente ponto de partida para um processo de absorção da vitalidade e da criatividade operária na base a mecanismos institucionais de controle, cuja função é realizar a subordinação da classe trabalhadora aos grupos que detêm os aparatos estatais em suas mãos.

Estas advertências servem mais para traçar um círculo de giz em torno de um dos mais importantes problemas enfrentados pelo movimento operário no Brasil, que para identificar a sua solução. Entretanto, é preciso contrapor essas advertências a certos argumentos que, embora também baseando as análises sobre a debilidade política das elites dominantes em conjunturas de crises, tendem a enfatizar, talvez demasiadamente, o espaço de ação da classe trabalhadora nos marcos institucionais.

A experiência brasileira durante as fases de crise do regime populista indica que frequentemente o aprofundamento das debilidades das elites amplia o espaço em que se pode mover o movimento sindical. Entretanto, como o movimento operário não se restringe à ação sindical, é preciso sempre ter em conta que essa expressão institucional pode representar em termos de limites ou de ampliação para o seu desenvolvimento. Quando certas conjunturas de crise representam a possi-

bilidade de se ampliar o espaço em que se movem os sindicatos que, como no caso brasileiro, são dependentes do Estado, a pergunta que deve ser feita é a seguinte: até onde a ampliação da ação institucional implica em inibição - ou mesmo supressão, através de mecanismos de absorção - às tendências de organização na base?

Uma resposta sempre possível para os problemas da tensão entre movimento de base e a ação institucional é a que indica que o primeiro sobrevive às limitações da segunda, podendo até mesmo fortalecer-se, na medida de sua consistência interna. Isto é, na medida em que, por si mesmo, é capaz de afirmar sua autonomia, independentemente dos desdobramentos que possa vir a ter no plano institucional. Mas essa resposta tem por pressuposto a existência de um movimento de base em condições prévias de autonomia, que permitam admitir o seu desenvolvimento qualquer que sejam os rumos tomados pela ação no plano institucional. Entretanto, para o caso brasileiro, em que pesem as possibilidades de serem identificados duas tendências aparentemente independentes, na base e no plano dos sindicatos presentes na convergência que se verificou no movimento pela reposição salarial, é importante assinalar as limitações desse esquema de análise.

A principal corrente - Oposição Sindical - que tem sido capaz de recolher as tendências espontâneas e de organizar na base, enfrenta algumas contradições que podem paralisar sua capacidade de continuar crescendo. Como se sabe, essa corrente se propõe a organizar a classe operária no plano das empresas, como forma dos trabalhadores poderem agir, ofensiva ou defensiva-

mente, diante de sua situação. O veículo dessa organização no plano das empresas são as comissões de fábrica, que têm sido o elemento para recolher as ações espontâneas, e principalmente, o conduto para dimensionar novas formas de ação. Entretanto, como as comissões não são reconhecidas pela legislação trabalhista, seus representantes se sentem forçados a agir simultaneamente, no plano das empresas e no plano dos sindicatos. Por outra parte, como a estrutura sindical é amplamente carente de representatividade, a sua tendência natural é de absorver as expressões da base do movimento operário.

Isto se explica pelo simples fato de que a ação institucional tende a representar um pólo de atração da mobilização nas condições de repressão política, como as do Brasil de hoje. As possibilidades de segurança, e mesmo de obter vitórias parciais representadas pela ação dos sindicatos tendem a outorgar um grau de confiança às intervenções institucionais que acabam atraindo o movimento de base. Este, entretanto, na medida em que se deixa absorver pelo plano institucional tende a perder a sua eficácia mobilizatória no plano de base. Como a sua consistência é pequena, descansando sobre uma tendência espontânea que ainda não está organizada, as possibilidades de que o movimento de plano institucional venha a atrair para o seu campo de ação os líderes e a massa de apoio da ação de base é bastante grande. Por outra parte, as ações espontâneas na medida em que não encontram um conduto próprio, seja para redefini-las, seja para estimulá-las, tendem a se dispersar e não logram alcançar a continuidade que poderia lhes oferecer a perspectiva de uma nova eficácia.

O movimento que vem debaixo

PERÍODO 1973-1977							
TIPO DE AÇÃO	Nº	MOTIVO	Nº	RAMO INDUSTRIAL	Nº	REGIÃO DO PAÍS	Nº
Greve total ou parcial	12	Aumento de salários	20	Metalúrgicos	16	São Paulo	12
Greve de Horas-extras	3	Atraso de pagamento	9	Eletrônica	2	ABC	9
“Operação Tartaruga”	10	Redução de salários	3	Químicos	1	Rio	3
Paralisação de máq. ou setores	5	Desconto no salário	1	Construção	2	SP-Interior	3
Manifestação protesto	2	Desemprego	1	Serv. Público	4	Sul	5
Depredações	2			Tradicional	9	Minas/Bahia	2
TOTAL	34		34		34		34

Quadro elaborado a partir da distribuição apresentada em “Movimento Operário em ritmo de resistência”. Cadernos CEAS, número 50. É importante observar que as informações correspondem apenas às que apareceram na imprensa, no período 1973-77 e, para este último ano, foram recolhidas somente até maio. Boa parte das informações foi confirmada pelo noticiário que aparece também nos boletins da “Oposição Sindical” e da “Pastoral Operária” de São Paulo para os anos indicados pela grande imprensa. (J.A.M.)

Novas contradições

Os problemas suscitados pela recente mobilização sindical expressam uma atualidade de velhas contradições do movimento operário brasileiro, que precisam ser enfrentadas não mais apelando-se para situações igualmente velhas, mas para caminhos novos que permitam compatibilizar a expressão institucional com as tendências de base, sem que esta compatibilidade signifique, necessariamente, abrir caminho para a cooptação dessa mesma base. Não há, em si mesmo, contradição entre agir nos sindicatos e, ao mesmo tempo, estimular a organização na base. Entretanto, pode haver contradição flagrante entre mobilizar na base, e, em seguida permitir - ou não impedir - que essa mobilização seja absorvida para uma forma de ação, que além de necessariamente limitada pela legislação estatal, implica em um processo de burocratização que tolhe toda a sua potencialidade e nega a própria mobilização da classe.

Isto significa que a questão que está posta hoje, para o movimento operário, está relacionada com a solução que vier a ser encontrada para a velha contradição entre mobilização de base e a institucionalização do conflito. Esta solução não pode mais, simplesmente, ser dada pelos sindicatos oficiais. Em realidade, para serem capazes de responder aos desafios que a mobilização de base implica, esses sindicatos precisariam passar por uma profunda transformação, que fosse suficiente para colocar em questão a sua própria subordinação ao Estado (Imposto Sindical e CLT) que, no final das contas, é o que impede que a mobilização de base se desenvolva em direções novas. E quando eles fizessem isso, já não seriam mais os sindicatos oficiais.

Operário em construção

O senso comum vê a ampla maioria dos trabalhadores como operários "anônimos". São assim considerados trabalhadores que não vão aos sindicatos e que geralmente estão desinformados sobre suas entidades. Ou ainda, operários que não têm informações sobre lutas travadas específicas ou gerais, desconhecendo oposições ou peleguismos. Tal visão também restringe o mundo destes trabalhadores às paredes de suas fábricas. A esta massa "anônima", no entanto, dirigem-se os discursos oficiais ou não, os dissídios, os reajustes, os arcos. É em nome dela que muitos falam; e apesar de serem milhões no país, pouco deles se sabe.

Quando falam, suas vozes (2) nos vêm através de filtros, de estatísticas, do economês, sociologuês, dos trabalhistas, peleguismos de variadas origens. Resumindo: o operário, quando é apresentado, vem lacrimoso, faminto, magro, esfarrapado. Ou então na sua imagem oficializada, de macacão e sorridente. De diferentes formas, mas esteriotipado, como se ao falarmos de operário, estivessemos apenas adjetivando, ou falando de uma massa indiferenciada. Os extremos destes esteriotipos jogam-no ou como classe amorfa, apática, sem dinâmica própria ou como elemento já revolucionário, já possuidor de uma nova consciência, de uma nova ideologia. E, é por esta mitologia extremamente desenvolvida e divulgada que encontramos grupos que se escandalizam com o fato do vencedor do concurso Operário do Ano ser bem nutrido e recheado com notas de cruzeiros.

Grandíssima ilusão, querer esconder a existência deste operário "tipo A". Eles existem, são poucos. Modelos, mercadorias almeçadas pelo sistema capitalista que sonha ter todos os seus operários idênticos ao Operário do Ano, pois por certo produziriam bem mais. Dariam bem mais lucros. Escandalizar-se com esta escolha, no mínimo é validar o concurso, ou seja, mostrar a pretensão de indicar candidatos.

A proposta desta matéria foi discutir trechos do poema OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO, de Vinícius de Moraes, com um grupo de operários ("anônimos", segundo nosso ponto de vista) de Montagem Industrial e Metalúrgicas Paulistas.

LEITURA DE TRECHO DO POEMA (pelo entrevistador)
De forma que, certo dia
à mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- garrafa, prato, facão -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janelas
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia



"Do trabalho dele, ele pensou, que o patrão está enricando muito mais, dia a dia, sobre o suor dele. O trabalho dureza dele..."

Um operário que sabia
Exercer a profissão.
Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

COMENTÁRIOS

OPERÁRIO I - Bem, ele entendeu o que muitas pessoas não entendem. Principalmente pessoas de um nível maior do que o operário.

Ele entendeu que tudo aquilo que estava na mesa, foi ele quem fez. Ele sentiu. Quer dizer, se uma pessoa "de sociedade" (médico, engenheiro, arquiteto) está ali sentada e não tem este sentimento é porque não foi ela que fez. Elas apenas projetam, não fazem.

OPERÁRIO II (emocionado) - Olha, entendi muito bem. Foi um texto amargurado, depois que ele foi reconhecer que o problema dele é meio difícil. O trabalho dele, trabalhar, viver cansado, mãos calejadas, cheias de calos, de pegar na ferramenta...

OPERÁRIA - Eu acho que deve ter sido muito bacana, né; porque foi ele que fez tudo que tinha na mesa, né? Quando ele sentiu que tudo ele que fez, quer dizer que ele tinha capacidade até de trabalhar

por conta própria. Porque é duro ser empregado...

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.

E assim foi que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uisque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que os seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia

Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão
E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.

OPERÁRIO II - do trabalho dele, ele pensou, que o patrão está enricando muito mais, dia a dia, sobre o suor dele. O trabalho dureza dele... A roupa que ele está vestindo uma roupa rasgada, não tem uma roupa boa pra pôr num domingo, pra sair. E o patrão na boa roupa, no bom sapato... afinal, de tudo o que é bom o patrão tem, e pra ele, nada. Ele acha que aquela vida dele é dura, uma vida de suor. Trabalhar o dia inteiro e sem saber o que vai ganhar, se vai dar pra ele comprar um sapato no mês. O que ele ganha, às vezes, nem depois de dois meses dá pra comprar a dinheiro, a

vista. Porque o ganho dele é pequeno ele fica revoltado.

OPERÁRIO III - Se ele fosse só-zinho... mas se ele tem família pra cuidar, como é que ele vai fazer? Com o salário de construção, que deve ser o que? Que nem nós que trabalha e ganha um salário que é micho, nós faz o sacrifício que faz. Imagine, se ele tem filho, família pra cuidar. É capaz da pessoa ficar louca!

OPERÁRIO IV - Que nem nós, tem pra receber um fundo de garantia e o patrão ainda quer lesar o nosso suor, aquele pequeno fundo de garantia. Mas ele tem carro de luxo pra passear, tem tudo o que é bom...

OPERÁRIA (interrompendo) - Que nem nós, trabalhamos 5 anos de graça, pode se dizer. Chegou um dia, ele inventou que a metalúrgica ia abrir falência, trocar de nome. E agora, nós sem receber nem fundo de garantia, nem aviso prévio, nem férias, nem nada. Como é que a gente pode se sentir. Revoltada, né! E por na justiça mesmo.

OPERÁRIO III - Eu trabalhei até doente. Os companheiros da fábrica diziam: o que é que você tem? E eu ali, carregando chapa pesada debaixo da chuva, pra bater na prensa. Teve dia de eu bater 3.000 tampas de ventilador. Promessas de aumento e nada. Se ele fosse um patrão compreensível...

OPERÁRIA - Ele foi muito covarde, não pagando o nosso pis, inps...

Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se de súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão.

OPERÁRIO II - Quer dizer, que os encarregados que mandam nele, faz caveira, dedam pro patrão. Ai vem uma carta de advertência, uma suspensão. Quer dizer, que é o dedo-duro, empregado igual a gente, mas pra subir mentem, faz caveira.

OPERÁRIO III - Teve o caso de um encarregado bom, que foi pedir um aumento pra nós, porque às vezes tem um patrão bom, compreensível... Mandaram embora...

OPERÁRIA - Os puxa-sacos, de um cento, a gente tira um bom, que é compreensível, que é legal, que reconhece o serviço da gente, vê que nós tá dando produção.

(Paulo Nassar)

Nota: Pensei em dois poemas para discutir com os operários, ou seja, o poema de Brecht, PERGUNTAS A UM TRABALHADOR QUE LÊ, e o poema OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO, de Vinícius de Moraes. Optei pelo segundo, mesmo considerando-o ufanista. pelo fato de ser construído a partir de imagens que supunho fazer parte da vivência das entrevistadas. Além de ser um poema de construção literária simples, métrica de 7 em 7 (redondilha maior), rimas em "ão", características comuns a tantos poemas de origem popular.

As tintas de Portinari

Tentar discutir Portinari representa, ainda hoje em dia, uma tarefa árdua, pois nenhum artista brasileiro foi capaz de suscitar tantas polêmicas a ponto de levar à constituição de dois partidos: os "portinartistas" e os "antiportinartistas". E, curiosamente, quer um grupo, quer outro converge para a análise do mesmo segmento da produção de Portinari - a pintura de cunho social, da qual, no entanto, são extraídas "verdades" diferentes.

Para os "antiportinartistas" parece não haver dúvidas: se o artista trabalhou para o governo Vargas foi, necessariamente, um pintor oficial. A ideia oficialista acaba impondo-se por si, desligada das obras às quais se refere, sem que se investiguem as relações do artista com o modelo getulista, sem que se apontem os elementos iconográficos, as estruturas plásticas que permitem explicitar esse tipo de visão. Manipulam-se superficialmente categorias temáticas, escamoteiam-se datas, estabelecem-se contrapontos negativos com Goya, mas não se olha realmente para a obra de Portinari (1).

Os próprios "portinartistas" não escapam desse tipo de análise, não conseguindo se centrar na visão do artista, no seu modo de configurar plasticamente o dado real. Numa linguagem que não consegue disfarçar sua matriz populista, enumeram-se as qualidades da expressão de Portinari: "temática da angústia e da miséria", "empatia com o sofrimento do pobre", "tradutor das dores e das esperanças do povo", "pintor fiel ao seu povo" (2).

Nos dois casos defrontamos-nos com visões exteriores ao discurso artístico, que se detêm numa impressão puramente retiniana, preocupadas em analisar apenas o conteúdo aparente.

A leitura de uma obra em termos políticos é, no entanto, uma operação bem mais complexa, pois vai além do reconhecimento temático,

buscando as necessárias articulações entre o produto estético, dotado de uma lógica interna própria e o documento de um determinado momento histórico. Ler a obra de Portinari à luz dessa perspectiva implicará em estabelecer um confronto entre as estruturas significativas de sua produção social e as estruturas ideológicas do Brasil dos anos 30, notadamente o modelo populista.

Questionando o Discurso Populista?

A identificação Nação/povo, o trabalho como homogeneizador social podem ser considerados os traços fundamentais desse tipo de discurso. Para a instauração da paz social, necessária ao incipiente modelo industrial, é de grande valia a figura catalisadora do chefe de governo (benfeitor), pois, através dele e da ideia de Nação, se superam os antagonismos que opõem os vários setores da sociedade entre si. O trabalho torna-se o traço de união mais eficaz, pois, através dele, se igualam todos os elementos produtivos da sociedade (do capital ao braço) e a eles se contrapõe uma única categoria - o não-trabalhador.

A "mistica do trabalho" não está presente na produção de Portinari (apesar da temática), que se vale de vários recursos estilísticos para por em xeque o discurso populista.

O pacto capital/trabalho é negado pela presença de uma única categoria de trabalhadores - o proletariado - e, sobretudo, pela escolha da figura do negro, enquanto realidade histórica e enquanto símbolo. A realidade histórica do negro - escravidão - permite denunciar a alienação inerente ao trabalho assalariado. Enquanto categoria racial e social, sua escolha como símbolo do proletariado revela-se das mais eficazes ideologicamente, se lembrarmos que a década de 30 é marcada pelo recrudescimento do debate eugênico e racial e que, através dele

(teoria da "inferioridade" do negro), se escamoteiam as raízes das precárias condições de vida da massa trabalhadora. A pretensa unidade social do populismo é posta em xeque num segundo nível: não existe uma classe única, uma vez que a elite dirigente se encarrega de desmentir tal ideia, postulando a "inferioridade racial" de um setor considerável da população.

A Intenção de denunciar a Alienação

É nesse contexto que deve ser analisado o "otimismo" portinariano a que se refere Mário de Andrade e invocado pelos "oficialistas" para justificar suas teses. Uma análise atenta da obra de Portinari permite perceber uma tensão dialética entre a conotação negativa do trabalho (força expropriada) e o aspecto positivo da figura do trabalhador, claramente representado pelo gigantismo e pela deformação expressiva do pé e da mão ("Café", "Lavrador de café", murais do Monumento Rodoviário e do Ministério da Educação). A mão e o pé, os dois estilemas mais recorrentes na plástica portinariana, explicitam de forma direta sua concepção do trabalhador: o pé descalço, solidamente plantado no solo como se o homem dele brotasse; a grande mão, símbolo da capacidade produtora e criadora, que lhe permite plasmar o mundo, mesmo na alienação.

A denúncia da alienação, implícita no discurso portinariano, pode ser detectada em várias estruturas formais e expressivas:

- relação do trabalhador com o instrumento e o produto de seu trabalho, representada pela dissociação entre o gesto e o olhar ("Lavrador de café", Monumento Rodoviário);

- descaracterização: o trabalhador tem raramente uma fisionomia própria e, mesmo esta, tende a ser fixada num tipo único;

- coisificação, presente de duas formas nos murais do Ministério da Educação: na estrutura autorefletida (*Borracha, Ferro, Fumo, Garimpo, Algodão*), em que a mesma figura executa sucessivamente o mesmo gesto produtivo; no dobramento da mesma figura em vários momentos da produção (*Café, Café, Café, Pau-brasil*).

Passividade/ Gigantismo/ Fraqueza

Esses vários recursos expressivos aproximam a obra de Portinari da ideia marxista do trabalhador coletivo, "motor automático de um trabalho parcial". A relação do trabalhador com o ato de produção assume um caráter de atividade estranha, alienada: é uma atividade que é passividade (hieratismo), uma força (gigantismo) que é fraqueza, uma geração (processo produtivo) que é castração. Some-se a isso a presença do capataz, reduzido a um único momento gestual (o dedo apontando) em contraposição à variada gestualidade do trabalhador (mãos colhendo, carregando, ensacando, falcando, cortando, plantando, brandindo a ferramenta...), e que remete explicitamente ao sistema escravagista; e a dicotomia natural/artificial, que Portinari estabelece não apenas na relação do homem com o instrumento de trabalho, mas sobretudo em sua relação com a natureza. Exemplar nesse sentido é o Monumento Rodoviário, em que se cria um contraponto dos mais ricos entre o trabalhador, o instrumento, o produto. O homem parece não ter vez no mundo por ele criado: é acossado pela máquina, não tem nenhuma relação orgânica com a terra por ele cultivada. O trabalho, que deveria ser a essência do ser consciente, é apenas um meio de sobrevivência.

Tudo isso é expresso por um rigor plástico e compositivo que Porti-



nari foi buscar no exemplo renascentista. O gigantismo, a deformação são equilibrados por preocupações de caráter construtivo - composição da tela/mural, agenciamento das figuras, dinâmica espacial. Numa composição geométrica, equilibrada, reduzida aos elementos essenciais (natureza apenas sugerida, arquitetura simbólica de alguns fundos, figura construída por grandes massas, mais próximas da escultura que da pintura), erguem-se gigantescas figuras deformadas, que parecem transbordar dos limites da tela/mural, ao mesmo tempo

em que buscam uma relação orgânica com o espaço.

Para dar vida a sua visão do trabalhador, Portinari não sacrifica a expressão formal ao conteúdo. Ao contrário, faz brotar sua "verdade" de atributos intrinsecamente pictóricos - a escolha estilística, o uso de determinados símbolos, a estruturação formal da obra - fundindo o estético e o documental na realidade da obra de arte.

Anna Teresa Fabris

(1) A incidência é na temática do trabalho e na pintura histórica.
(2) A incidência é na temática do retrato.

Olá Patrão! O senhor trabalha?

“E se a gente trabalha no dia do trabalho?”

E afinal de contas o que é o trabalho. O que é trabalhar?

A resposta confunde? Embanana? Faça você mesmo a pergunta e responda: Trabalho é uma força, uma ação física que cria alguma coisa? Ou, trabalho já quer dizer ao mesmo tempo, de imediato, dinheiro, salário, aluguel, condução...

Essas duas idéias aparecem juntas na cabeça dos trabalhadores que discutiram conosco o sentido do trabalho. Trabalhadores de classes noturnas de madureza, na periferia de São Paulo.

“O TRABALHO É UMA FORMA DE GANHAR DINHEIRO”

A primeira idéia - do trabalho enquanto ação, força que transforma, cria - apareceu poucas vezes no papo. Porém, um tipo de afirmação como: “O trabalho é a transformação de objetos para o nosso uso” demonstrou que alguns entendem e separam com muita clareza a ação de trabalhar do quanto se paga por essa ação, essa força feita. A maioria no entanto associou diretamente trabalho com sobrevivência, sustento. E isso dá pra entender com facilidade. O cotidiano determina uma ligação direta entre as duas coisas. Funde-as.

A compreensão da separação entre força que produz, cria e o preço que lhe é dado (salários) ficou ainda mais clara nesta afirmação de um dos entrevistados: “Vendemos é nossa força pro dono da fábrica”

Ainda que óbvio, “na cara” muito se falou sobre o fato de que o dinheiro pago pela força do trabalhador não anda muito legal. Muitas afirmações do tipo: “A gente trabalha pra ganhar um ordenado que é menor de que o tanto que a gente trabalha!” Ou então: “O patrão ganha 99% de cada 100 peças que eu faço.” “Não se dá valor à força do trabalhador!”

“EU TRABALHO PRÁ ME SUSTENTAR. ME VESTIR. COMER. DIVERTIR.”

A maioria associou diretamente trabalho com sobrevivência. Muitos depoimentos foram nessa direção. Por exemplo este: “Prá mim o trabalho significa levantar cedo, todos os dias, marcar o cartão na hora certa e ganhar uma ninharia”. “O trabalho faz parte de nossa vida pra conseguir o que a gente precisa”

A compreensão da separação entre trabalho e salário é importante porque ajuda a explicar que o trabalho existe há bem mais tempo do que os salários. E além disso, uma vez que é a força de trabalho que produz de fato “os objetos para o nosso uso”, é correto continuar brigando prá que ela seja mais bem paga (fim do arrocho). Também é importante entender essa separação, porque ela mostra que é possível resolver esse problema. Construir uma nova forma de produzir os objetos e também de distribuí-los. Socializar totalmente o trabalho e também seus resultados, ou seja os bens por ele produzidos.

“EU TRABALHO DESDE OS 7 ANOS”

Mas voltamos a falar sobre o papo. Uma coisa que ficou clara nas respostas, foram as críticas aos patrões, da parte desses trabalhadores: Elas brotaram de maneira espontânea(?) e não havia entre eles nenhum que participasse, pelo que pudéssemos perceber, de sindicatos ou de oposições sindicais.

“A diferença entre eu e o meu patrão é que eu trabalho mais do que ele; a gente além de tudo é mal tratado, sem nenhuma condição ao menos de pensar em melhorar a situação da gente nesse jeito de ser explorado. O patrão mesmo, eler não faz nada de útil. Só manda”.

“Meu trabalho é na base da ferramenta e o do patrão é na base do dinheiro”.

“Eu faço, pratico e executo. Ele administra, domina”.

“Bem a diferença entre eu e o patrão em primeiro lugar, é que ele ganha muito mais do que eu e não faz nada, mas ele ganha porque é ele quem entra com as ferramentas e as máquinas”.

“O trabalho do operário é que vende suas forças e o patrão é que compra para mão de obra de sua indústria”.

“Com meu trabalho eu pego vida, prestação e o patrão numa boa”

“a diferença é que eu trabalho, produzo e o meu patrão vê o lucro de mãos limpas”.

“Eu trabalho para o meu sustento e o do patrão para ele crescer mais seu capital”.

“Porque eu ganho o dinheiro e ele é quem embolsa”.

“A diferença entre o trabalho do meu patrão e o meu é que ele entra com o dinheiro e eu entro com o trabalho, ele fica com a parte “grossa” do resultado e eu fico com o meu mísero salário”

“O meu trabalho é criativo e do meu patrão é de comercializar os produtos, a diferença é eu faço e ele ganha”.

“A diferença é que eu entro com as mãos e ele com a cabeça”.

“Meu trabalho é pesado e do meu patrão é encher o saco”.

“Meu trabalho é pela força física e do meu patrão mentalmente”.

“Eu trabalho para viver e o patrão para enriquecer”.

Esses depoimentos falam por si só. De forma espontânea. Numa linguagem própria indicando a consciência de antagonismo. O abismo que separa e opõe “o meu patrão” dos outros, os trabalhadores. Dá ainda prá dizer que o Brasil é feito por nós?? Por vós?? Por quem?? Mas isso é uma outra história, uma outra matéria. Voltemos ao papo.

“Trabalho é uma escravidão remunerada que nem todos podem escapar dele. E daí...”

Podemos ter formulado mal a pergunta sobre a diferença entre operários e patrões. De forma geral esses trabalhadores entenderam que o patrão também trabalha. Um serviço mais manso. Só de ficar olhando. Enchendo o saco. Trabalhando com a cabeça. Administrando. Mas eles também trabalham, afirmam. Assim disse um deles: “Só não trabalhamos Adão e Eva, o resto, tudo trabalhou!”

O que não fica claro é que o “trabalho” dos patrões é comprar - como se compra uma mercadoria, um objeto qualquer - a força de trabalho que os operários vendem (aliás que se comparada com o custo de vida anda tão desprestigiada, tão barata!...). Eles, os patrões, compram essa força (essa mercadoria) e a organizam no sentido de produzir novas mercadorias, novos objetos. No entanto, o único trabalho que de fato produz novos bens, novos valores, é a força desenvolvida pelos operários. Seria inviável um raciocínio que imaginasse os patrões vendendo a “força” deles.

Se não ficou claro para eles que de fato o patrão não trabalha, ou seja sua força não produz riqueza, novos valores, ficou mais do que “na cara” que é ele quem fica com a maior parte do que é produzido e por tabela que são os operários que ficam com o chamado “mínimo necessário”. A quantidade pra repor as energias gastas, as forças vendidas. E mesmo esse dinheiro, esse salário que compraria os produtos para recuperar as energias, hoje em dia, não recupera mais nada direito.

“SE EU PUDESSE ACABAR COM O TRABALHO EU ACABARIA PORQUE LEVANTAR AS 4 HORAS DA MANHÃ EIR DORMIR À MEIA NOITE A SEMANA INTEIRA NÃO É BRINCADEIRA!”

O trabalho é visto como alguma coisa obrigatória. E são poucos os que gostam do trabalho que fazem. O que é diferente de não gostar de trabalhar. Aliás essa idéia, de que no Brasil os trabalhadores não gostam de trabalhar já esteve em moda tempos atrás. Hoje, segundo a televisão, rádio, cartazes de rua, todos “gostam muito” do trabalho. Nos filmes de propaganda, os trabalhadores aparecem alegres, contentes, ao lado dos patrões; chegam juntos à fábrica, batem juntos o mesmo relógio de ponto: “e o Brasil que os brasileiros estão construindo”? A verdade na certa não está sendo filmada, anda longe dessas imagens. O depoimento que segue daria um ótimo cartaz, daqueles bem grandes: “O meu patrão levanta nove horas, toma banho e um belo café, e o motorista fica esperando para levar ele”.



VOCÊ GOSTA DE TRABALHO?

“Não! porque eles não me pagam o suficiente para mim gostar do serviço, trabalho apertado, todo mundo ganha dinheiro nas nossas custas. É isso!”

“Gostá de trabalho?! Eu não gosto do meu patrão, quero dizer de patrão nenhum por que les acham que o empregado não presta!”

“Gosto mais ou menos, né. O nego me suga o sangue!”

“O trabalho não é uma coisa muito boa, pois nem sempre podemos trabalhar no quer gostamos e o custo de vida está muito caro, poi nem sempre ganhamos o que merecemos”.

“Depende do trabalho!”.

“Eu não! Trabalho porque sou obrigado”.

“Não gosto, mais preciso”.

“Eu gosto mas não sou fanático”.

“Não gosto, mas você cria com seu trabalho tudo que precisa”.

“O trabalho é um meio de se comunicar com os amigos”.

Pois é! Gostando ou não gostando não se cogitou em nenhum momento em não se trabalhar. “Quem não trabalha não vive”, parece ser a máxima por aqui. Já mesmo na execução do trabalho aparecem os questionamentos, ainda que espon-

tâneos, confusos, contraditórios: como se trabalha, de que jeito, prá que, quem é que leva o lucro.

O trabalho também é uma forma de fazer e encontrar amigos. “Ter relações”.

“SEM O TRABALHO NÃO POSSO VIVER. É TRABALHANDO QUE EU ADQUIRO A VIDA...”

A discussão sobre o trabalho acaba mexendo com tudo. E como não podia deixar de ser, “chega” na política.

Com um outro grupo de trabalhadores (motoristas de caminhão e metalúrgicos) discutimos também o mesmo assunto: trabalho. Não sabiam qual o significado do 1º de Maio, a não ser que era feriado. Isso, é claro, faz diferença. Nesse dia se lembra o massacre de um grupo de operários grevistas nos Estados Unidos no ano de 1886. Disseram ainda que no Brasil não há justiça.

Segundo eles “... na Argentina parece haver ... Lá os trabalhadores brigam e reclamam: Aqui, veja, o caso dos estudantes, porque eles gritavam, abaixo a inflação, bateram neles e quer razão mais justa que essa!? Aqui, quem reclama, some. Desaparece. Eu de política só falo com gente que conhece há 5 anos”.

A razão do medo é palpável. Concreta. Liquidada como os lucros obtidos pelos patrões. “Na política somem com você” e nas fábricas quase nada se recebe em troca do trabalho produzido.

“Justiça para o Mundo do Trabalho” e “Repartir o pão redondo”, insistem os cartazes. Um “Mundo do Trabalho” cuja essência é a cotidiana violência. A violência legalizada e permitida. Protegida pelas leis da justiça. Porém muito mais que violenta, contraditória. Com a possibilidade de explodir.

(Sérgio Squilanti/Nadine Habert/Gilberto Morgado)

Nem sempre foi assim, nem sempre será.

Quando o trabalhador produz um objeto coloca nele um conjunto de propriedades físicas e mentais. São seus nervos, seu sangue, sua energia, sua inteligência, sua habilidade manual e o resultado de toda uma experiência social. E a sua força de trabalho. Ela está colada no próprio trabalhador, está dentro dele, é a todo instante renovada. É altamente elástica: pode produzir muito mais sob certas condições como, por exemplo, com máquinas mais modernas, corpo mais descansado. Este processo de fazer as coisas, de aplicar a força de trabalho, de usar a natureza e os instrumentos é que se chama trabalho. O estar fazendo é um processo e este processo de trabalho é condição fundamental de toda a vida humana.

O homem sempre precisou viver, reproduzir e interagir na natureza. Em todos os tempos e em todas as formações sociais. O que mudou na história foram as formas e os meios com que a reprodução da vida material se deu. Isto quer dizer, por exemplo, que nem sempre a força de trabalho foi uma mercadoria trocada por salários como o é nas sociedades capitalista. Nem sempre a maior parte da sociedade precisou trocar a sua capacidade de trabalho por um salário que lhe permitisse

continuar reproduzindo sua força de trabalho e sua espécie. Existiram outras formas de trabalho e de relação sociais. No escravismo antigo, o escravo não era dono da sua força de trabalho: ele todo era comprado (seu corpo e sua força de trabalho juntos) como se compra uma máquina. No feudalismo, o servo era dono de apenas parte dos meios de produção, mas a terra - o mais importante meio de produção naquela sociedade - não lhe pertencia.

Foi na sociedade capitalista que o operário, sem nenhum meio de produção, viu-se forçado a vender a única coisa que lhe pertence e que lhe permite viver: a sua força de trabalho. Durante 8 horas (ou mais) por dia, esta força de trabalho é aplicada. Ela cria mais valores do que aqueles que estão contidos no seu salário diário (comida, roupa, condução, moradia). Só que estes valores não lhe pertencem: são apropriados pelo capitalista. Para esta apropriação o capitalista não só possui os meios de produção mas também, um conjunto de instrumentos políticos controlados pelo seu Estado. Portanto, qualquer nova organização da sociedade implicará necessariamente numa transformação profunda nas relações de propriedade, de trabalho e de poder.

O trabalho para mim é importante, sem o trabalho não posso viver, é trabalhando que eu adquiro a vida, comer, vestir, pagar o aluguel, me divertir, com o trabalho eu posso criar um futuro, o meu grande sonho é comprar um terreno para sair do aluguel, é que era função que eu trabalho não dar para ganhar, bem, pois o que eu produzo não sei para onde vai.

a diferença do meu trabalho para o do meu patrão é que eu ganho, levanto as 6:00 horas da manhã trabalho a condução cheia, mas obrigado a gostar mesmo que não gosto.

o meu patrão levanta nove horas toma banho e um belo café e o motorista fica esperando para levar

O EVANGELHO SEGUNDO ZEBEDEU

DE GÊSAR VIEIRA

PRÊMIO ANCHIETA 77

Direção — Laura Regina
Músicas — Vitor Bortoluci Jr.
Sábados: 21 horas
Domingos: 20 horas
Círculo dos Bancários
Av. Voluntários da Pátria, nº 547
(Perto da estação Tietê do Metrô)
Santana

TESB
Teatro do Sindicato dos Bancários

A EXPRESSÃO AMAZONENSE

Márcio Souza

A EXPRESSÃO AMAZONENSE

de Colonialismo ao Neocolonialismo

de Márcio de Souza

A expressão cultural amazônica em suas relações com os processos históricos e econômicos. Pedidos pelo Reembolso Postal

Editora Alfa Omega 05413
Rua Lisboa, 507
550 Paulo Capital

A domesticação da festa

“E como esperar que o governo, que é em essência um servidor dos patrões, seja capaz de impor nossos propósitos aos que lhe movem a batuta?” (periódico operário francês, 1906)

A história do 1º de maio é a que vai do dia de luta operária ao feriado complacente e distraído. Foi briga de rua e comícios socialistas gigantes. Foi a consagração, em 1919, da jornada de 8 horas em muitos países. Outras vezes foi suspenso, substituído por mais um dia de trabalho nas fábricas, em nome da unidade de interesses com os patrões. Chegou a ser até - nem luta, nem trabalho - o dia do repouso após o dever cumprido.

É também uma história em miniatura do próprio movimento operário, das vitórias, derrotas, de sua orientação. Deixa entrever a cada período, quem é essa e quem são as outras classes que, na sua correlação, foram definindo a história. Acompanhá-la é seguir a trajetória dos movimentos sindicais das diversas épocas, dos partidos e Internacionais operárias.

Não é por acaso que os 1ºs de maio inaugurais se guiam pela perspectiva do combate internacionalista. As últimas décadas do século passado correspondem a um desenvolvimento acentuado do movimento operário. Há ainda ecos da Associação Internacional dos Trabalhadores, de Marx e Bakunin. A II Internacional, apesar do crescimento extraordinário de sua força parlamentar, ainda fala em combinar luta parlamentar e greve de massas. A máxima de Bernstein - “o movimento e tudo... o objetivo nada” - encontra fortes opositores no interior da própria social-democracia alemã.

A partir da 1ª Guerra Mundial, os 1ºs de maio vão descolorindo seus contornos iniciais. Cada vez menos se falará de socialismo: é cada vez menor o conteúdo internacionalista da data. Sem dúvida, para que isto ocorra, contribuem em boa parte as orientações poli-

ticas do movimento operário, incorporadas em seus principais partidos. Não surpreende, assim, a atitude da social-democracia alemã em maio de 1915, propondo a abstenção de manifestações na data. Que esperar duma Internacional que acabava de votar créditos para o armamento das nações, de aderir ao expansionismo das burguesias em guerra, abandonando definitivamente um projeto operário?

Na segunda metade dos anos 30, acelera-se este processo de deformação no conteúdo do 1º de maio. A tendência parecia ter invertido durante a guerra - com o aparecimento de 1ºs de maio pacifistas e anti-imperialistas - e no início da formação das Frentes Populares na Europa - a manifestação francesa de 1936 recupera o sentido classista original. Mas com o avanço do fascismo, a palavra de ordem dos partidos operários sob governos de Frente Popu-

lar é “redobrar o trabalho neste dia” - em nome da defesa dos interesses nacionais. Sem falar da Alemanha, onde a data passa a ser comemorada com triunfais paradas militares, sob o slogan “cada operário é um soldado do Reich, acima e antes de tudo.”

Nem mesmo o pós-guerra, apesar do formidável ascenso de massas mundial que se seguiu, recupera o caráter operário da manifestação. O 1º de maio francês de 1945 transcorre sob o lema “primeiro produzir, depois reivindicar, e o 1º de maio da paz é uma mescla de carnaval e demonstração publicitária, eleição de miss operária e competições desportivas, sob patrocínio do PCF.

Para amanhã?

Dizer que os 1ºs de maio iniciais se dão sob forma de lutas não é necessariamente uma menção ao grau de vio-

lência do acontecimento. O caráter de luta se distingue pela formulação clara da delimitação dos oponentes, e da impossibilidade de reunir elementos antagonicos.

“Esse dia se borraão as fronteiras e o universo inteiro verá unido o que deve estar unido e separado o que deve estar separado: por um lado os produtores de toda a riqueza, que certo colôro de patriotismo tenta jogar uns contra os outros, estarão de pé, unidas as mãos numa mesma vontade de emancipação; de outro os exploradores de toda ordem, unindo em vão seu medo e sua infâmia contras um movimento histórico que nada pode deter e que os arrastará”. (comunicado unitário das Centrais Sindicais para o 1º de maio de 1891)

Também o projeto operário é identificado ao socialismo e vivenciado como utopia (possibilidade) a ser construída desde o presente. A negação da velha ordem é imediatamente a afirmação da ordem futura:

“Compreendereis que o único remédio está no fim deste divórcio entre trabalho e a propriedade, e vireis em massa ao socialismo...” (idem)

Não há separação do que poderíamos chamar tática e estratégia: na conclusão, a reivindicação econômica é simultaneamente, propaganda duma nova sociedade.

“A jornada legal de 8 horas, que constitui o objetivo imediato do 1º de maio, é um primeiro passo em direção a esta libertação completa que só de nós depende”.

Se antes a sociedade de classes é pensada a partir da necessidade de sua dissolução, o pronunciamento da Internacional Socialista em 1940 “reforma” a questão do conflito de classes, resumindo-a a uma distribuição de papéis diferenciados, naturalizando a estratificação trabalhador x patrão:

“Este ano não haverá grandes manifestações. Outras tarefas retêm os operários nos exércitos e nas fábricas. Todos igualmente a serviço da defesa nacional cumprem com seu dever... Este 1º de maio, o convertereis em dia de sacrifício... a grandeza do operário é o esforço...”

O discurso oficial do 1º de maio francês, sob ocupação, em 1941, é o coroamento desta distorção. Não só a sociedade de classes é tida como natural, como a legitimidade de certas reivindicações é aceita, desde que imediatamente anulada. Pois as promessas dum Eldorado em que cada parceiro tenha seu quinhão vem ao lado da proibição da ação independente.

“Que querem, pois, os operários?... não ser tratados como máquinas, ser como seus chefes relações de homem a homem, encontrar em seu ofício uma segurança, ter a possibilidade de avançar até o limite de suas aptidões. Todas essas aspirações são legítimas e deverão ser satisfeitas na nova ordem que preparamos”.

Lembrando um trecho do comunicado de 1891:

“Tenhamos sempre presente no espírito esta verdade, tão inelutável em economia como em política: que sempre e em todas as partes os povos obtiveram as mudanças que souberam conquistar com farta luta”.

Do internacionalismo à união sagrada

No início, são sinônimos: solidariedade e internacionalismo. A constatação de que os trabalhadores são os únicos detentores do privilégio de conformarem uma unidade no plano mundial. Ao contrário dos patrões, cindidos em disputas por mais espaço para seus capitais: “O fato essencial, que assinalará, é a unanimidade e simultaneidade com que uma classe economicamente subjugada acaba de afirmar, em todas as partes, sua vontade de chegar a uma mudança na situação social” (manifesto preparatório do 1º de maio de 1889). Ou um folheto sindical italiano de 1906 que incita a imitar o exemplo do 1º de maio francês: “A ação cumprida pelo proletariado francês não deve perder-se. A ação provoca a ação”.

O abandono da perspectiva internacionalista vem acompanhado não só da predominância da esfera nacional, mas duma conversão da jornada, antes proletária, em jornada de colaboração de classes, de confraternização de interesses sob a égide das exigências nacionais.

“A CGT não vai dar ao 1º de maio de 1939 seu caráter tradicional... a perigosa situação do país impõe sacrifícios e torna indispensável concentrar esforços num aumento da produção” (proclamação da CGT francesa em 1939).

Esta resolução, adota a linha que vinha sendo preconizada pelos partidos comunistas nos anos anteriores, e que já havia gerado protestos e advertências pelos sindicalistas independentes: “Com seus combates heróicos, os trabalhadores do mundo inteiro fizeram do 1º de maio uma batalha contra seus exploradores. Os chefes reformistas tentam retirar-lhe este caráter. Ensaíam transformar as manifestações de classe em celebração duma festa. O 1º de maio não poderá ser uma festa enquanto os trabalhadores não hajam derrubado o regime que os explora e tomado o poder”. (declaração da CGTU francesa, em 1º de maio de 1931)

As reações contrárias à conversão do 1º de maio em festa nacional da concórdia deixam explícito que a perda do conteúdo internacional é a diluição do projeto operário como projeto emancipador não só de uma classe, mas pela sua universalidade, da própria humanidade.

“A juventude necessita saber que o 1º de maio é algo mais que uma diversão: é antes de tudo um ato humano, o ato de todos os homens que querem verdadeiramente o pão, a liberdade, a paz”. (jornal operário, 1937).

Se houvesse uma moral da história, não seria preciso inventá-la. O ano de 1905, da insurreição russa, dum 1º de maio ascensional em meio a uma conjuntura depressiva, traz, num periódico operário francês:

“Há que deixar de estupidez, é um mal sistema esperar que as coisas nos caiam dos céus... Teremos de atuar por nós mesmos. Como nem os patrões nem os governantes têm poder bastante para fazer-nos trabalhar cinco minutos mais, os asquerosos terão que ceder suas próprias pulgas”.

Marília Maria



O poder do discurso

A ilusão não está só em acreditar piamente na verdade das palavras. Ilusão também é crer que as palavras não têm qualquer poder sobre a realidade, não perceber o importante papel do discurso enquanto enunciado (falso? “verdadeiro?”) do real.

A sociedade capitalista tem hoje um arsenal variado de instrumentos de dominação ideológica. A escola, a ciência, a arte, a religião, a imprensa, os partidos, o Estado, são todos instrumentos poderosos na reprodução da ideologia burguesa.

Nosso objetivo aqui é mostrar como a reprodução da ideologia dominante se manifesta especificamente no discurso oficial de 1º de maio, desde 1964. Nesta data, retiram-se do baú velhas expressões, apela-se para a grandeza da nação, promete-se um futuro melhor, a grandeza do país, nega-se o conflito entre as classes, prega-se a harmonia, a ordem e o progresso. Enquanto isso acontece, a vida vai se incumbindo de desmentir os discursos.

Castelo Branco e Costa e Silva

São muitos os temas tratados nos discursos oficiais de 1º de maio desde 1964. Eles refletem as questões sociais que agitam o país nestes 14 anos. Com Castelo Branco, o discurso é uma curiosa promessa de garantia dos direitos dos trabalhadores.

“A revolução não foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores”... “A revolução não será um passo atrás, mas uma caminhada para frente nas justas e legítimas conquistas do trabalhador”... “Salários que lhe proporcione (ao operário) uma vida digna, numa sociedade livre das crises do desemprego e dos violentos contrastes da fortuna” (ESP - 2/5/64). Esse discurso, proferido um mês após o golpe militar, revela a tentativa do governo de buscar a simpatia e a confiança dos trabalhadores para um regime que nascia marcado pelo arbítrio e pelo sentido claramente antipopular de sua proposta.

A uma certa altura, Castelo, como um mágico, faz entrar em cena uma criatura estranha: o capital sem capitalismo - “Para tanto, precisamos de capitais, nacionais ou estrangeiros, mas nunca do capitalismo com as distorções que devemos repelir por já superadas”. (ESP - 2/5/64) - “Uma sociedade na qual cada um tenha a liberdade de produzir mais e ganhar tanto quanto for capaz, desde que não viole a lei, não explore os trabalhadores e consumidores, nem estorve o desenvolvimento do país” (idem).

O clamor de Castelo não foi ouvido, seu esforço desesperado para encontrar uma laranja que desse outro fruto que não a laranja ficou no discurso, como também lá ficou sua promessa solene de democracia: “Outrossim, reafirmo minha fé em que a democracia constitui a estrada real, ampla, ilógica e experimentada para os operários - e todos o são na medida dos seus penhores e aptidões - alcançarem justa elevação da remuneração” (idem). Quanto distância entre a palavra e o fato. E do governo Castelo a política do arrocho salarial, é no governo Castelo que se montam instrumentos como o FGTS que deprimirão, em muito, o poder de barganha dos trabalhadores, ao possibilitar uma alta rotatividade do trabalho, contribuindo para consolidar uma política trabalhista profundamente antipopular. Quanto à democracia invocada por Castelo, será cada vez mais uma miragem postergada, anulada pela sucessão de atos institucionais, pelo avanço implacável da repressão, da censura, e pela dominação cada vez mais insuportável da exploração sobre o trabalho.

Com Costa e Silva o discurso se altera. Ele assume o governo no dia 15 de março de 67. A oposição se rearticula, os estudantes saem às ruas, os trabalhadores ultrapassam suas lideranças atrasadas e deflagram greves poderosas como as de Osasco e Contagem (1968). O governador de São Paulo, Abreu Sodré, é apedrejado em praça pública pelos trabalhadores, no dia 1º de maio de 68. O ministro do trabalho Jarbas Passarinho é vaiado pelos grevistas em Contagem. O discurso oficial muda de tom, o avanço do movimento popular e crescente. A 1º de maio de 68, Costa e Silva anuncia o “afrouxo salarial, e um abono de emergência” (ESP, 3/5/68). Era o reconhecimento do arrocho salarial, da deterioração dos salários. E o que é mais importante: o abono de emergência era o resultado da greve dos operários de Contagem.

O afrouxo não veio. Entretanto, não ficamos sem novidades. Costa e Silva o substituiu pelo AI-5, que consolidava a exceção e a superexploração do trabalhador como regras de ouro do regime.

Médici e Geisel

Na época Médici, reino do obscurantismo e da violência, o discurso vem sem máscara, rude e sinistro na sua obsessão por um desenvolvimento que foi conquistado a partir da marginalização, da exclusão e da superexploração da maioria da população: “Atentos aos imperativos do desenvolvimento, não acenaremos ao trabalhador vantagens ilusórias, passageiras, descabidas, que sirvam só um pouco a cada um e prejudiquem, isto sim, o bem de todos, debilitando a empresa privada nacional, de cujo fortalecimento, afinal, dependem a estabilidade do operário e a solução maior de nossos problemas coletivos” (ESP - 1/5/70). Na verdade, Médici não acenou com nada que não fosse a mão dura pronta a desferir o golpe certo contra toda a oposição, a censura draconiana, a repressão cruel. A empresa privada nacional e estrangeira foi fortalecida, o bolo cresceu, a galinha dos ovos de ouro continuou sua produção. Aos trabalhadores, nem vantagens passageiras - vantagem nenhuma.

Com Geisel, a mudança de estilo. Não mais a dureza de Médici, as promessas de Castelo, a “abertura” de Costa e Silva. Com Geisel, a complexa e dispendiosa preparação de uma manifestação espontânea em Belo Horizonte (1/5/77), transmitida a cores para todo o país. A alimentação, o transporte gratuito, os grandes atrativos para a aglomeração. O discurso, um rosário de medidas para a melhoria da previdência social, nova fórmula de reajustes salariais, segurança no trabalho, formação profissional, bolsas de estudo... e segue a vida, em nada alterada pelo discurso. Geisel, de todos, foi o que usou o repertório mais variado. Foi a Volta Redonda em 1976, onde co-

meçou seu discurso com as célebres palavras: “Trabalhadores do Brasil!” - lembrava Vargas, e isto não se lhe pode negar imaginação.

Ordem, Progresso, Pátria e Paz Social

As variações na forma, as variações na conjuntura política e econômica não impedem a existência de grandes traços de continuidade entre os vários discursos desses presidentes. Alguns temas se repetem obsessivamente rígidos. Uma constante nos discursos oficiais de 1º de maio é a insistência na inexistência da luta de classes. Sobre isso, têm a palavra os presidentes militares:

Castelo Branco: “Pouco importa o que assoalham os ainda informados por haverem perdido os cofres públicos com que cevavam o sacrifício dos pobres, através de uma artificiosa e rendosa luta de classes” (2/5/64).

Costa e Silva: “Convoco, pois, trabalhadores e patrões a lutarem ombro a ombro - com o governo - para a vitória final já à vista. Sem os odios de classes, sem as prevenções entre elas, estaremos à altura da grandeza do Brasil, gigantesco (...).” (3/5/68).

Médici: “Numa palavra, distribuir a justiça fazendo com que, sem luta de classes, sem violência e sem desordens, se consiga o equilíbrio social e todos, empresários, trabalhadores e governo, nos sintamos responsáveis e solidários numa obra comum que é de erguer e sustentar uma pátria próspera e tranquila” (3/5/73).

Arnaldo Prieto, ministro do Trabalho de Geisel: “Vivemos no Brasil invejável clima de harmonia e de paz social” (ESP) 3/5/76.

Costa e Silva: “Está na hora, definitivamente, de fazer deste país grande, um grande país” (3/5/68).

Médici: “Sentimos hoje que as intenções e decisões do governo, dotadas pelo imperativo supremo de nosso lema nacional - ordem e progresso - encontram no coração dos trabalhadores - a compreensão e o entusiasmo”... “Pela quarta vez, desde que assumimos a presidência da República, vejo transcorrer o 1º de maio num clima de ordem, paz e esperança” (ESP 3/5/74).

Geisel: “Desejo referir-me ao ambiente de harmonia, de ordem e de cooperação que existe e deve continuar a existir entre os que trabalham, entre os que são dirigidos e os que dirigem, entre os que são empregados e os que são empregadores” (3/5/75).

É impossível negar o progresso alcançado nos últimos anos, as altas taxas de crescimento, a rápida expansão da indústria, o crescimento das cidades e do capital. Também, impossível negar que os frutos desse progresso não se repartirão, pelo contrário, se concentrarão ainda mais. Como aceitar uma ordem que só aliena e explora, e lutar por um círculo avarento que só se reparte no pequeno estreito da classe dominante?

O apelo à Nação

O discurso oficial insiste em ser o discurso de toda a Nação. Mas que Nação é esta? Certamente, não é a Nação dos trabalhadores e do povo em geral. Na medida mesma em que o capital estrangeiro, associado ou não ao capital nacional, domina amplos setores da produção, coloca-se a necessidade de superexplorar o trabalho já que agora o lucro extraído tem que remunerar dois patrões - o nacional e o sócio maior, estrangeiro. A dominação do grande capital internacional sobre amplos setores da economia do país coloca como um dos pontos decisivos da dominação capitalista a superexploração do traba-

lho (pagamento de salários baixos, aumento da intensidade e da jornada de trabalho e aumento da produtividade). Negar as contradições entre as classes sociais, insistir na existência da harmonia e da paz social, é outro dos expedientes costumeiros da dominação ideológica burguesa.

Sindicalismo e política salarial são outros dois temas presentes em todos os discursos de 1º de maio. Sobre política salarial, a tônica é a insistência em dizer que de nada adiantam os aumentos nominais de salários, além da reafirmação da prioridade do combate à inflação. A ideologia burguesa, travestida em ciência econômica, disseminou a cinica idéia de que a inflação é provocada por aumentos de salários - assim, os salários precisam ser contidos para frear a inflação. Neste país, os salários foram freados, puxados para trás, amassados, e mesmo assim os preços continuam subindo, a inflação permanece renitente. Os trabalhadores é que têm pago o custo pela luta contra a inflação.

Ao mesmo tempo, na medida em que os preços têm crescido mais que os salários, a inflação servia também para o financiamento da produção e para o aumento dos lucros. Quanto ao sindicalismo, os discursos são também monotona e repetitivos. Fala-se contra o peleguismo e o comunismo, e o que se propõe? O modelo ideal de sindicato almejado pelo regime é definido no governo Médici: “É nosso propósito renovar e incentivar a vida sindical desenvolvendo ao máximo a associação entre o sindicato e a previdência, por meio de convênios descentralizados. Mas não vemos apenas o sindicato servindo como ambulatório, consultório e laboratório, senão também buscamos o sindicato-escola, o sindicato centro cívico, cultural, recreativo e desportivo, assim como o sindicato cooperativa de consumo” (1/5/70).

Nesse sentido, o sindicato é tudo, menos o que realmente deve ser. Despolitiza-se o sindicato, obriga-se-lhe a ser apêndice da previdência social, assistencialista e amorfo. Enquanto a verdadeira função do sindicato é articular a reivindicação salarial e a luta por melhores condições de trabalho, a organização da classe operária por seus direitos é negada.

João Antonio de Paula

Há mais de 40 dias, todos os traços da profunda crise social e política da vida italiana - e as principais alternativas para a sua superação - estão como que aprisionadas no espaço menor da crise desenhada pelo sequestro de Aldo Moro. A alternativa "forte" da burguesia, que a levou a fechar fileiras em torno da "estratégia de tensão" do início dos anos 70 - a repressão brutal a militantes operários, falsamente responsabilizados por atentados cometidos por grupos fascistas - volta, sob novas formas, com as provocações ao movimento operário, inclusive com a eliminação física de militantes. No outro pólo do espectro político está o Compromisso Histórico proposto pelo PCI, parcialmente concretizado por seu apoio (sem participação) ao governo da Democracia Cristã e que agora assume o aspecto da "defesa das instituições republicanas frente à chantagem terrorista". Unicamente que começa a apresentar as primeiras fissuras, com as vacilações do Partido Socialista e da ala mais direita e corrupta da DC, que se aproximam para "salvar uma vida". E que são justamente as forças políticas que mais

reagiriam à integração do maior partido operário italiano ao aparelho de Estado. O sequestro de Aldo Moro obrigou, inclusive essa integração a ter um alcance muito mais restrito que o previsto pelo PCI. Em vez de maior flexibilidade e eficácia das instituições, este partido apressou-se em apoiar o reforço puro e simples do aparato repressivo, com a votação de medidas anti-terroristas imediatamente voltadas contra o movimento operário (o que o próprio PCI viria mais tarde a denunciar). De um lado, a marcha em direção ao Estado forte, o velho sonho da direita italiana; do outro, o recuo para segundo plano de questões essenciais como a responsabilidade dos trabalhadores e todas as organizações operárias - eis o sério golpe que uma ação terrorista isolada foi capaz de desferir na estratégia do PCI de aproximação ao Estado. E que "os comunistas" das Brigadas Vermelhas fizeram, uma provocação policial ou dos bandos armados fascistas, poderá repetir em futuro próximo. Em breve, porém, esse "espaço menor" da crise italiana

E depois de Aldo Moro?

vai ser preenchido - pela morte de Aldo Moro, por sua troca pelos brigadistas presos ou por sua libertação graças a uma "heroica" intervenção da polícia, no melhor estilo dos comandos israelenses. Nesse momento, suas consequências irão se inserir no quadro mais geral da crise italiana, realçando alguns traços e enfraquecendo outros. Uma análise da situação de Aldo Moro deverá partir dos aspectos políticos, econômicos e sociais da situação, e que vem desde o primeiro "compromisso histórico" do PCI com a burguesia italiana, ao terminar a Segunda Guerra Mundial. E, simultaneamente, ter em conta que setores de peso da direita deverão novamente tender para a "guerra de movimentos" das provocações políticas, como nos bons velhos tempos da estratégia de tensão, em lugar de acolher o PCI no aparelho de Estado, esperando por esse modo conter parcialmente as reivindicações operárias. Independentemente da sorte do líder da Democracia Cristã, a estratégia do Compromisso Histórico poderá ser a grande vítima das Brigadas Vermelhas.

A grande vítima das Brigadas Vermelhas poderá ser a estratégia do "Compromisso Histórico" do PCI

Um país em crise

No oceano conturbado da crise do capitalismo, o frágil barco italiano ameaça sobrecarregar-se com as vagas cada vez mais fortes e do clima de permanente "motim" a bordo, provocado pelo agravamento das condições de vida de seus tripulantes. No leme, o capital monopolista nacional e internacional não esconde sua preocupação com a necessidade de reforçar a disciplina e ter que, periodicamente, "jogar ao mar" alguns tripulantes e se apropriar gulosamente dos suprimentos que restam, sem deixar, é claro, de exigir austeridade e sacrifícios à classe operária. Esta responde reclamando o controle do barco - e uma radical mudança de rota.

A insurreição operária no norte vinha, na verdade, coroar o processo de libertação do país dos exércitos nazistas, desenvolvido desde o início pelo próprio povo italiano e não, como insistem em divulgar as produções hollywoodianas, pelos "aliados". Através de greves operárias cada vez mais fortes e organizadas e ações guerrilheiras da resistência foram libertadas várias regiões, estabelecendo-se governos estruturados em novas formas de democracia direta da base.

Os aliados, por sua vez, não chegaram para "libertar" o povo. A classe operária no poder, dispondo de armas, era uma ameaça muito grande para a burguesia. Assim, depois de atrasar bastante sua intervenção de forma a deixar os nazistas exterminarem os mais combativos da resistência, a administração militar estabeleceu um "estado de guerra", ao norte da Itália para justificar suas medidas repressivas e pré-capitalista.

Aboliram-se todas as disposições democráticas dos comitês de libertação e foram destituídos do aparelho dirigente todos que contavam com a simpatia do povo, substituídos por funcionários reacionários. Esta administração devolveu aos capitalistas e proprietários agrários os bens que lhes tinham sido confiscados. Os ocupantes desarmaram os destacamentos de "partisans" e procederam à dissolução do Comitê de Libertação Nacional do norte da Itália. Quando se questionava o PCI por apoiar essa política anti-operária e renunciar à revolução, a resposta de Togliatti era simples: "Deixemos-nos em paz. Não se preocupem: é problema nosso e nós entendemos disso (fazer revolução) melhor que vocês!"

O resultado dessa "sabedoria" é que, a partir de 1948, começam a ser criadas as condições para o "milagre econômico": a burguesia desenvolve a contra-ofensiva no plano da repressão, não hesitando em realizar massacres de manifestações operárias e criar um corpo especial na polícia; no plano econômico, com a inflação, demissões em massa e a adoção do "Plano Marshall" sempre com a colaboração do PCI.

De 1951 a 1961 a Itália vai, então, conhecer um período de altas taxas de crescimento no PNB (média de 5 a 6% ao ano) e entrar definitivamente no grupo dos principais países imperialistas. Paralelamente à crise econômica - motivada pela superprodução, no período 63-65 - vai se desenvolver a ideologia da "programação econômica" sustentada pelos governos de "centro-esquerda", que dominarão a partir daí. Os efeitos da crise, considerados então como "erros de programação" ou de falta desta, são, no entanto, necessidades orgânicas do sistema para poder retomar sua marcha mais adiante. Trata-se de "queimar" o capital excedente e racionalizar, saneando as empresas muito pequenas que - cotadinhas - ainda acreditam em concorrência capitalista! A alta do desemprego, o aumento continuado "em espiral" dos preços e o bloqueio dos salários mostram bem quem deverá pagar por esses "erros".

Da revolução ao "milagre"

Em 1947 a grande crise do fim do fascismo já havia sido superada pela burguesia. A um passo do poder, com ocupação de fábricas e milícias armadas, a classe operária foi obrigada a ceder a política do acordo de Yalta, com o patrocínio do PCI. Passada a crise, não havia mais necessidade para a burguesia do governo de "União Nacional": o PCI foi excluído do governo, dando início ao longo monopólio do poder da DC.

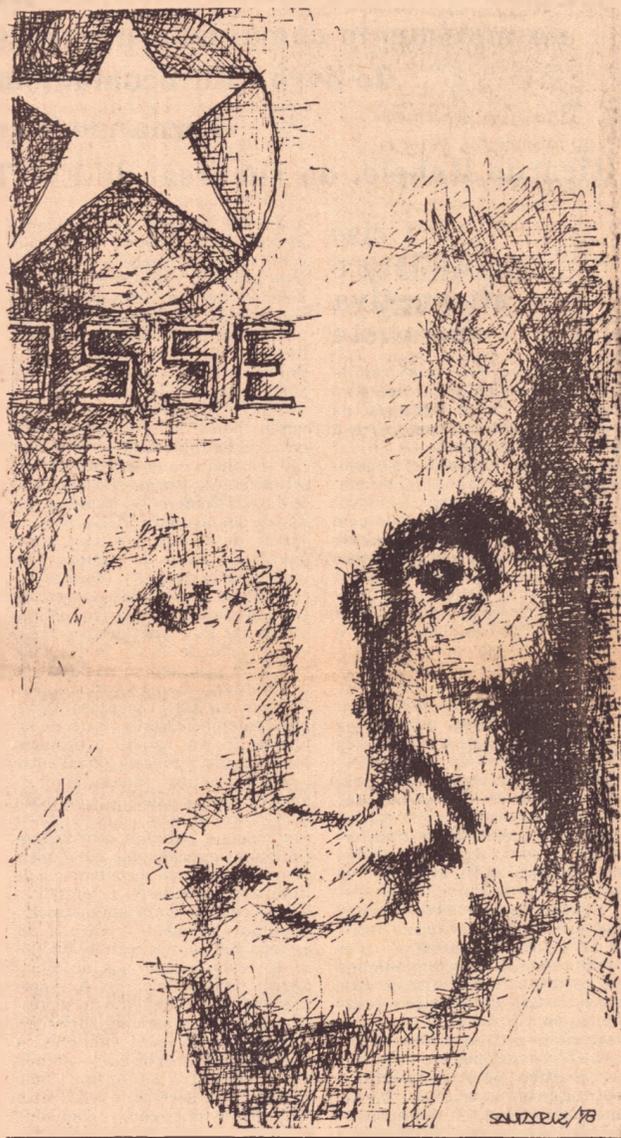
Em novembro de 1977, várias greves e manifestações - jornadas de luta - com assembleias, comícios e passeatas envolveram cinco milhões de trabalhadores em toda a Itália. E, no entanto, a grande manifestação dos metalúrgicos a 2 de dezembro - com 200 mil trabalhadores, estudantes e desempregados marchando nas ruas de Roma - que vai atestar que a vontade de luta permanece viva entre operários. A manifestação provocou uma mudança fundamental na estratégia do PCI.

Rumo ao Estado forte

Pode parecer estranho que lutas por aumento de salários e melhores condições de vida e trabalho possam provocar tamanha pânico na burguesia italiana, que preside a um sistema capitalista "maduro" e já viveu anos milagrosos. A verdade é que o modelo de desenvolvimento adotado baseia-se na compressão dos salários reais - e, portanto, do nível de vida da maioria da

população - no desemprego e na intensificação exacerbada do ritmo de produção nas fábricas. Assim, qualquer insubordinação do proletariado, resistência à intensificação da exploração e toda demanda de melhoramento das condições de vida implicam o bloqueio do funcionamento do sistema, e não apenas a baixa da taxa de lucros.

A crise econômica de 1972 leva a burguesia a entrar em acordo sobre a necessidade de uma retomada da expansão econômica a qualquer preço; as divergências estão apenas em como e quando fazer a classe operária pagar por isso. A linha predominante é a chamada "linha Carli", proposta pelo diretor do Banco da Itália. Sua estratégia "a curto prazo" (há outra possível para o capitalismo?) é simples: obedecer às decisões do FMI apertando o crédito, reduzindo importações e gastos públicos e "comprimido a demanda", isto é, o arrocho. O desenvolvimento do capitalismo monopolista na Itália exigiria, portanto, a constituição de um Estado forte, sem o qual é impossível adotar tais medidas necessárias à retomada da acumulação.



Jornal Amanhã já nas bancas

Escolha um destes 50 títulos e peça por reembolso postal. Não somos perfeitos mas temos condições de atender a quase todos os pedidos que você fizer

1. OS RAIOS - Dyonélio Machado	30,00	29. LAMBOËS DE CACAROLIA - João Antônio	36,00
2. OS DEUSES ECONÔMICOS - Dyonélio Machado	78,00	30. PROBLEMAS INCLUTIBAIS - Osman Lima	90,00
3. VACUO E HIPOCRISIA - Mário Quintana	60,00	31. O PÊNDULO DA NOITE - Marcos Rey	70,00
4. TERRA CORAÇÃO - Lourenço Diaferia	60,00	32. O GOVERNO JOÃO GULIART - Moniz Bandeira	100,00
5. ANTOLOGIA POÉTICA - Ferreira Gullar	60,00	33. ANTI-ROZAS DA INDEPENDÊNCIA - Nelson Werneck Soutre	100,00
6. LUTA CORPORAL - Ferreira Gullar	60,00	34. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA - Caio Prado Jr.	98,00
7. DENTRO DA NOITE VELOZ - Ferreira Gullar	60,00	35. MISTÉRIA DA FLOSOPHIA - Karl Marx	60,00
8. POEMA SUJO - Ferreira Gullar	60,00	36. A IDEOLOGIA ALEMÃ - Marx Engels	65,00
9. ORIBITO SIVAGNEI - Mário Chamie	80,00	37. TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS I - Vários	60,00
10. OS MENINOS - Domingos Pellegrini Jr.	55,00	38. TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS 2 - Vários	75,00
11. TARDE DA NOITE - Luiz Vilela	70,00	39. UM REPORTEIRO NA CHINA - Flavio Alcaraz Gomes	30,00
12. SMIŁCIACROS - Sergio Sant'Anna	85,00	40. AS GRANDES DIVERGENCIAS DO MUNDO	60,00
13. O BANQUETE - Mario de Andrade	75,00	41. COMUNISTA - Jean Barbé	60,00
14. 200 INTRICADO E JOGOS - Augusto Bual	65,00	42. AS GERRAS CAMPESES NA ALEMANHIA - Engels	50,00
15. 17 DE AGOSTO - William Faulkner	60,00	43. CARTAS FILOSÓFICAS - Marx/Engels	45,00
16. O FURSO - William Faulkner	60,00	44. INTRODUÇÃO AO FASCISMO - Leandro Konder	120,00
17. CONSELHOS DE UMA MÁSCARA - Yukio Mishima	60,00	45. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO - Eric Williams	80,00
18. MARIO E O MÁGICO - Thomas Mann	50,00	46. HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL - Nelson Werneck Soutre	190,00
19. A LESTE DO EDEN - John Steinbeck	100,00	47. INTRODUÇÃO A ECONOMIA POLÍTICA - Rosa Luxemburgo	120,00
20. AS FÉRRAS DE ALICE - Lewis Carroll	110,00	48. HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL - Nelson Werneck Soutre	190,00
21. POLÍTICA - COMO FAZER VERNOS - Maita Kovsky	40,00	49. EXPANSÃO CAPITALISTA E ORIGENS DO SOCIALISMO NO BRASIL - Sergio Silva	45,00
22. CIM POEMAS CHINESES - Hugo de Castro Falcão	42,00	50. A PREGAÇÃO DA LIBERDADE - Teotônio Viçela	120,00
23. BOM DIA PARA OS DEFUNTOS - Manuel Scorza	80,00		
24. GARAMBOMBO INVISÍVEL - Manuel Scorza	80,00		
25. A NOVELA ESPANHOLA ACUTAL - José Gortázar	42,00		
26. ANTIAC - Jorge Asís	60,00		
27. FLOGO DA SOBRRA - PÉRFIS - Jorge Luis Borges	45,00		
28. VAGAMUNDO - Eduardo Galeano	35,00		

Na Livraria Escrita o autor nacional tem sempre um lugar na prateleira Rua Dr. Homem de Melo, 446 (poirão) - Perdizes Fone : 62-3699 (05007 - São Paulo (SP))

(Ricardo Rabelo)

A encruzilhada eurocomunista

(Ou de onde vêm as perspectivas dos partidos comunistas da Itália, Espanha e França).

Discutindo o eurocomunismo à luz da crise internacional do capitalismo e das divisões dentro do movimento comunista, apresentamos uma resenha do livro "Eurocomunismo e Socialismo", de Fernando Claudin, elaborada por Ricardo Rabelo, da sucursal de EM TEMPO em Minas.

Crise capitalista e alternativa socialista

A atual crise do sistema capitalista ocorre no quadro de uma nova fase longa de crise estrutural da economia capitalista, que sucede à fase longa expansiva de 48 a 67. O conteúdo principal da crise é o esgotamento do modelo anterior de acumulação do papel motriz da indústria de bens duráveis, gerado pela queda da taxa de lucro e redução da acumulação de capital. Essa crise, ao contrário das anteriores, se dá num contexto de fortalecimento das posições da classe operária em suas lutas e de crise ideológica moral e crise de valores do capitalismo, englobando também o campo socialista onde os antagonismos afloram de forma explosiva. A crise se manifesta mais agudamente na Europa Ocidental, podendo transformá-la no elo mais fraco do capitalismo, porque agrava as contradições intercapitalistas e intercapiitalistas combinando-se com a crise dos regimes políticos, podendo se transformar em crise do regime social. Na Itália, França e Espanha, países fundamentais da Europa capitalista, o que se joga é se a crise capitalista vai ser superada por uma política de "austeridade capitalista" ou se introduzem modificações profundas nas estruturas econômico-sociais, uma estratégia de transição socialista numa via democrática. Essa estratégia só pode ser desenvolvida por um bloco sociopolítico do qual o eixo político comunio-socialista constitui a coluna vertebral. Nesse contexto se situa a ação e responsabilidade histórica dos 3 partidos básicos do eurocomunismo.

Eurocomunismo e Moscou

O eurocomunismo é a última fase de um longo processo enraizado na história do "partido mundial" - a Internacional Comunista - nascido da revolução de Outubro. Na sua origem está a concepção de Lenin de revolução mundial e a necessidade de um partido autenticamente revolucionário liderá-la, partido esse de caráter supranacional, rigorosamente centralizado e hierarquizado. A concepção vai entrar em contradição com o desenvolvimento histórico real do ocidente agudizando-se com a instauração da ditadura de Stalin e a teoria do "socialismo num só país". Esta, ao fazer do Estado soviético, base e centro da revolução mundial significa na prática a instrumentalização dos PCs na aplicação da política exterior de uma nova classe dominante na URSS. A não reação aos PCs. À esta subordinação, mesmo com o "bastião" socialista se tornando sempre menos socialista, se deveu ao mito da revolução de outubro, ao efeito colossal e perdurável desta. Deveu-se também ao fato dos PCs terem seu funcionamento ir arcaico pelos mesmos mecanismos, pelos quais são eliminados na URSS todas as tendências críticas e pelo fato de se ver no crescimento industrial soviético a sua "essência" socialista. Após a morte de Stalin e com o impacto das relações de seus crimes, inicia-se a perda da hegemonia do PCUS no seio do movimento comunista internacional provisoriamente mantida durante as Iª e IIª conferências mundiais e mesmo com o "cisma oriental" chinês mas que vai se aprofundar irreversivelmente com a caída de Kruchev. Desencadeia-se

assim um processo de formulação de vias específicas ao socialismo, com crises nas direções dos principais partidos, cismos maoístas e fidelistas. Recobra certa audiência o trotskismo. Sob pressão e oportunisticamente a direção dos PCs ocidentais aceitam finalmente a problemática de uma alternativa global à via soviética, colocada pela revolução cultural chinesa e reafirmada pelos acontecimentos de maio de 68 (que recoloca a revolução socialista na ordem do dia) e a primavera de Praga. Nesse quadro se dá a III Conferência Mundial (junho de 69) no qual o PCE criticou a "razão de estado" soviética como não tendo nada de comum com uma posição de classe. Essas críticas vão se aprofundar no período que antecede a conferência paneuropeia dos PCs - declaração do Livorno (julho de 75) do PCI e PCF passando pelo abandono da noção de ditadura do proletariado pelo PCF em seu XXII Congresso. A própria conferência Berlim-Este, de junho de 76, vai assistir a primeira confrontação pública e global entre o bloco soviético e o eurocomunismo que nega a existência de qualquer centro dirigente a quem dever obediência e reitera a consubstancialidade do socialismo, liberdade e democracia. Desde a conferência de Berlim aprofunda-se o enfrentamento com os eurocomunistas intervindo claramente contra a repressão policial nos regimes do bloco soviético, como nos acontecimentos na Polónia em 76. A resposta soviética é o aumento da repressão policial e a caracterização dos eurocomunistas como traidores. A contradição básica do eurocomunismo - afirmar o socialismo como idêntico à democracia e reconhecer o regime soviético como socialista - leva-o a uma encruzilhada. Utilizar-se do "grande argumento" trotskyista de que o sistema de produção da URSS é socialista, mas não sua superestrutura política, implica e não adotar o conceito marxista de sistema de produção socialista cuja pedra angular é a apropriação coletiva pelos trabalhadores dos meios de produção, que não pode existir sem democracia em todos os aspectos da organização político-social. Acreditar que a supressão da propriedade privada capitalista equivale à supressão das relações de produção capitalista e que toda uma faceta das forças produtivas é neutra e pode servir tanto ao socialismo quanto ao capitalismo, podendo a superestrutura política se atrasar com respeito a base econômica, importa na concepção errônea de sistema de produção socialista, vinda da IIª Internacional, passando por Lenin e dogmatizada por Stalin. Implica em manter ainda um certo hegemonismo soviético e não elaborar uma estratégia que envolva as forças sociais que lutam pelo socialismo nos países do Este, comprometendo a causa do socialismo no Ocidente.

A via democrática ao socialismo

A concepção de Marx e Engels de democracia parte da constatação da contradição desta com a dominação burguesa e da insuficiência do sufrágio universal para a afirmação da dominação política do proletariado, sendo necessária uma força armada superior à da burguesia e a destruição de seu aparelho de estado. A "ditadura do proletariado" significa para Marx, a dominação de classe do proletariado e a mais ampla democracia para a maioria, nada tendo a haver com o conteúdo

Quem é, e o que pensa Fernando Claudin?

Fernando Claudin deixou os estudos de arquitetura em 1933 e passou a se dedicar à Juventude Comunista, em Madri. Em 1937, assumiu funções dirigentes dentro do movimento. Dez anos depois, em 1947, foi indicado para o Bureau Político do Partido Comunista Espanhol, onde ficou até 1964.

Nesses 31 anos de atividade política junto ao PCE, Claudin fundiu a sua vida com o movimento comunista e com a revolução espanhola. A partir de 1956, com as grandes lutas de massa, principalmente da classe operária e do movimento estudantil, desenvolve-se uma nova correlação de forças na Espanha. Em 1962, praticamente fracassa definitivamente a estratégia de "greve nacional pacífica" conduzida pelo PCE. No final de 1963, tem início uma intensa discussão interna no Bureau Político do partido, que termina no ano seguinte com a expulsão de vários dirigentes sob a acusação de "anti-sovietismo". Claudin encontrava-se entre eles.

Sem abdicar de suas convicções socialistas, nem encerrar sua expulsão como um "acidente", Claudin passa a se dedicar ao estudo da degenerescência do partido. Fruto desse traba-

adquirido a partir da ditadura stalinista. Por outro lado a própria revolução socialista, diz Engels só pode ser obra da ação consciente da maioria o que implica necessariamente em democracia. A experiência histórica da social democracia alemã alerta para o perigo de se acreditar em progressos eleitorais como indicio de avanço do socialismo, que se daria de forma automática. Com o fracasso das direções social democratas de encaminhar a primeira grande crise do capitalismo a uma revolução, esta vai se dar apenas na Rússia, tendo como inimigos a democracia burguesa e a social democracia. Isso vai afetar a posição teórico e prática dos bolcheviques para com a democracia, tendo Lenin ressaltado a oposição democracia burguesa/democracia proletária, apontando os soviets como únicos adequados a dominação do proletariado. O sistema soviético logo revelou, entanto, suas contradições, com o poder se localizando realmente num sistema de aparelhos cujo centro é o aparelho do partido. O stalinismo, que acentua estas contradições, advem não só dos efeitos da guerra civil e do isolamento da revolução, mas também do fato da revolução ter sido feita na sua fase socialista, por uma pequena minoria, apoiada no princípio pela grande massa camponesa. A exclusão de setores da pequena burguesia e correntes socialistas não bolcheviques se deu pela própria concepção leninista de partido, que havia se preparado a assumir uma função tutelar sobre as massas. Mesmo com o refluxo na Europa, Lenin critica o esquerdismo pela necessidade de atuar com fim de propaganda nas instituições parlamentares para serem estas depois destruídas pela revolução, sem tentar desenvolver dialeticamente o que nelas há de democrático. No período 28/31 Stalin chega a afirmar que a "social democracia é objetivamente a ala moderada do fascismo".

Estratégia antimonopolista e eurocomunismo

Com o aprofundamento da contradição entre dominação burguesa e a democracia na fase do capitalis-

George Marchais (PCF), Santiago Carrillo (PCE) e Enrico Berlinguer (PCI)

mo resulta sua primeira grande obra, **La Crisis del Movimiento Comunista**, em que chega à conclusão de que "o movimento comunista (e o partido stalinista) entrou durante os anos 50 numa crise geral, irreversível. E, por sua própria natureza, não tem condições de se transformar por si mesmo, de se negar no sentido hegeliano do termo".

Seu novo livro **Eurocomunismo e Socialismo** é uma seqüência lógica do primeiro. Segundo Claudin, o eurocomunismo é a última fase da história do "partido mundial".

A questão principal abordada por Claudin no **Eurocomunismo e Socialismo** é a da "consubstancialidade entre democracia e socialismo", que significa, de certa forma, um "retorno às fontes", na medida em que para Marx e Engels o socialismo não exigia qualquer adjetivo, já que a sua natureza democrática era evidente.

Nesse particular, Claudin aponta que a contradição básica do eurocomunismo é a afirmação da natureza democrática do socialismo e a aceitação do sistema vigente na União Soviética como socialista. Contradição

essa que até agora só encontrou uma tentativa de superação, com o livro **Eurocomunismo e Estado**, do secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo, no qual é questionada a própria natureza socialista do "modelo soviético". No capítulo acrescentado à terceira edição do livro de Claudin, o autor indica a proximidade do que chama de "cisma ocidental", referindo-se à questão abordada por Carrillo quanto à sociedade soviética.

Claudin situa também a crise dos PCs dentro do quadro da grande crise internacional do capitalismo. De acordo com Claudin, os PCs participam, junto com outros partidos, da criação de uma alternativa socialista, ou marcarão o "canto do cisne" do movimento comunista.

Fernando Claudin adota, contudo, algumas concepções estranhas, se não incorretas, como por exemplo a de que as instituições parlamentares poderão vir a se articular com a "democracia de base", o que rompe com a visão marxista de que entre elas há um antagonismo radical. Para o marxismo, é necessário destruir as instituições parlamentares e fazer evoluir

crise e a repressão ao movimento operário e popular.

Via democrática, única possível.

A crítica ao PCI implica no questionamento não da via democrática mas de sua versão eleitoralista, gradualista, de colaboração de classe. Nos países capitalistas desenvolvidos essa via democrática socialista aderece pela formação de uma grande maioria que não só necessita como compreende a necessidade da transformação socialista, além da existência de condições objetivas para tal. Para essa transformação é necessária a formação de um bloco sócio político organizado, unido por um programa e uma estratégia que não oponha a democracia representativa às formas de democracia de base e na qual exerça a função de síntese, de reflexão global, o intelectual coletivo do partido. Mas não o partido único, dado o pluralismo ideológico e político inerente à sociedade de classe e à própria classe operária, mas vários, estando eles unidos às massas e abertos a sua crítica e controle. O Bloco deve se propor como objetivo essencial a conquista do poder político, com a apropriação coletiva dos meios de produção e sua revolucionarização, desde já. O programa, elemento essencial de aglutinação do bloco, deve combinar medidas imediatas com reformas a longo prazo, harmonizando interesses dos seus diversos integrantes, e estabelecendo no plano econômico uma nova lógica de desenvolvimento, com vantagens imediatas para a grande maioria. Deve-se superar, nesse processo, tanto a subestimação da democracia de base pelos eurocomunistas, como a tese do duplo poder da extrema esquerda, cujo resultado inevitável só pode ser a derrota. Por outro lado, é contraditória a proposição dos eurocomunistas de um socialismo democrático sem uma real democracia interna nos próprios PCs, o que os levaria a uma posição secundária no processo ou colocará o perigo de uma evolução autoritária do estado. A via democrática enfrenta a oposição das duas superpotências tanto por suas possíveis influências desagregadoras nos dois blocos, como pela própria importância estratégica da manutenção do statu quo europeu para colaboração entre os

a "democracia de base" em organismos da democracia dos trabalhadores, isto é, na ditadura do proletariado.

Além disso, Claudin parte da hipótese de que o Partido Comunista Italiano e os outros partidos eurocomunistas sepropõem realmente conduzir a passagem ao socialismo, o que é no mínimo, bastante discutível.

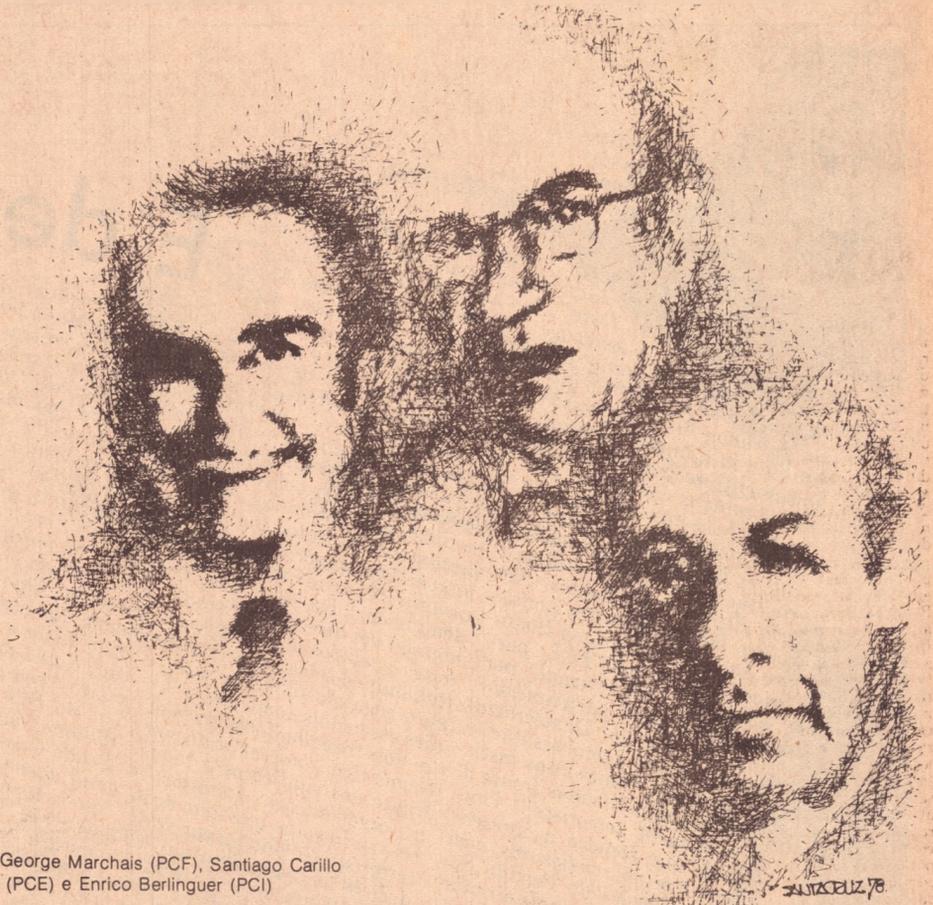
Na prática, contudo, Claudin não deixa dúvidas quando resume o "compromisso histórico" italiano como "uma colaboração com as forças que constituem precisamente o obstáculo fundamental às mudanças urgentes". Ou quando aponta a subordinação do movimento social às batalhas eleitorais. A verdade, no entanto, é que os grandes partidos comunistas da Europa Ocidental estão numa encruzilhada. Para onde irão eles?

O livro de Claudin contribui não apenas para o nosso conhecimento do eurocomunismo, mas também para o grande debate sobre a crise atual e os meios de superá-la. Um debate particularmente importante caso se partilhe da opinião do autor de que a alternativa ao socialismo é sempre a da barbárie.

dois blocos. Isto coloca para os eurocomunistas uma necessidade de uma política mais ativa de solidariedade com as forças socialistas do Bloco sóciético e da cooperação voluntária entre todos os países europeus com vista a construção de uma Europa unida dos trabalhadores. Também se coloca a necessidade da colaboração com as forças antimperialistas "terceiro mundistas", devendo o eurocomunismo superar o seu temor de enfrentamento com Moscou e sua oscilação entre a via socialdemocrática e a socialista. Por que sem os comunistas é problemático conceber a transição socialista no Ocidente, podendo o capitalismo se restabelecer.

Mais passos para o cisma ocidental

A publicação do livro "Eurocomunismo e Estado" por Santiago Carrillo vai ser mais um passo no cisma ocidental, porque coloca em questão a natureza do próprio socialismo na URSS e provoca uma reação radical do PCUS. Para a classe dominante na URSS é fundamental o reconhecimento pelo movimento operário internacional do caráter socialista de seu regime, sendo que a divergência nesse ponto significa o rompimento. Neste caso trata-se de utilizar a artilharia pesada ideológica e explorar as contradições internas do eurocomunismo para preparar o terreno para o rompimento. Embora a acusação tenha encontrado resistência no movimento comunista, os partidos que defenderam o PCE o fizeram dispersamente, sem entrar no mérito da questão. A tendência é o conflito agudizar-se, embora com certas fases de apaziguamento e outras de máxima tensão, com Moscou tentando manter a crítica em limites toleráveis, contendo a fúria espanhola. Mas as exigências da passagem ao governo do PCI e do PCF podem radicalizar seu divórcio com a URSS, que prepara medidas drásticas chegando até a criação de novos PCs, fiéis a ela. E aproveitando possíveis desvios social democráticos dos eurocomunistas com uma política "diretista" de Santiago Carrillo.



CASALDÁLIGA ABRE O VERBO

“As aberturas democráticas são apenas um verniz. Ou é democracia ou não é. Ou é transformação das estruturas ou não é”. “Não podemos esquecer as torturas e o controle da imprensa”. “A Igreja tem de compartilhar os riscos do povo.”

Entrevista do bispo d. Pedro, de São Felix do Araguaia a Pecê de Araujo, concedida em Itaiçi, durante a última assembléia extraordinária da C. N. B. B.

Em Tempo. Na sua opinião, como deveria ser a atuação da Igreja na América Latina, nos próximos anos?

Dom Pedro Maria Casaldáliga:

Eu sintetizaria a questão em três faixas de preocupações. Uma que seria, num olhar realista e crítico, a situação da própria América Latina. A Igreja não vai poder programar nada, evangelicamente, se não partir, como sempre, da encarnação mesmo. Então, como está a América Latina hoje, esse povo que estamos querendo evangelizar? Ai teria de haver uma análise que eu não digo que teria que ser exaustiva não, mas que fosse sincera, realista e em profundidade, não é? Teríamos que ver a situação de dependência nos vários aspectos; a situação de opressão e, conseqüentemente, a situação global de marginalização. Gostaria logicamente que isto se esticasse um pouco, não ficássemos em palavras apenas. Então, se tem que falar em segurança nacional, em governos militares, em trilateralismo (1), em colonialismo, que permanecem nos regimes de oligarquias. Não se pode esquecer disso tudo, como as torturas, o controle da Imprensa. Gostaria também que se especificasse umas áreas, dentro dessa realidade. Umás áreas do povo, bem características da América Latina, que seriam para mim as seguintes: o mundo indígena: Esses 35 a 40 milhões de índios da América Latina que mesmo as vezes parecendo um número relativamente reduzido, é qualitativamente a raiz do continente. E se a Igreja esquece isso, a humanidade como tal esquece, vamos acabando com o índio e acabando com o que é mais característico do continente. E preciso então que a Igreja passe por uma evangelização específica também de respeito ao índio, de respeito total por essas culturas, por esses povos como tais. E que a Igreja ajudasse esses povos a serem reconhecidos como diferentes, como específicos e como tipicamente latinoamericanos.

O mundo rural. A América Latina é um continente agrícola, continua sendo. E isso as transnacionais e a tal da trilateralidade também sabem. Agora dentro dessa problemática do mundo rural, se deveria especificar a concentração da terra, os problemas de latifúndio e conseqüentemente o do êxodo rural e as migrações que possivelmente serão os maiores desse continente. Problemas que provocam depois repercussões nas grandes cidades. Acho que não seria exagero dizer que sobretudo na América Latina, muito mais do que em outros continentes, o mundo marginalizado é, com frequência, marginal das grandes cidades, esse mundo era até agora o mundo puro e simples do homem do campo.

Uma terceira faixa que se deve enfatizar mais é o novo proletariado, o mundo operário que está surgindo na América Latina. Inclusive essa foi até mesmo a preocupação do documento preliminar de Puebla, de falar da transição do mundo rural para o industrial, só que colocada de um modo um tanto “ingênuo”, entre aspas, não é? E o intento de usar muita mão-de-obra na América Latina, para industrializar o campo - já está se falando no superministério do desenvolvimento agrícola - isso tudo vai fazer realmente que cada vez mais e talvez em pouquíssimos anos nosso continente seja uma terra de proletários. Eu estou imaginando que por aí há alguma coisa séria.

ET: O senhor acha que há condições de a Igreja, na conferência do episcopado latino-americano, em Puebla, tirar uma posição mais aprofundada em relação a Medellín?

PMC: Eu acho que o episcopado do continente não tem condições de negar Medellín. Nem de esquecer Medellín. O problema para mim seria se não se completasse Medellín, especificando as situações concretas. Por que depois de 10 anos, algumas coisas mudaram, pelo amor de Deus, não é?

Dez anos, agora, são cinquenta anos pelo menos. Então não podemos continuar com algumas colocações que eram mais genéricas. Medellín significou uma opção pelo povo e pela América Latina. Puebla para mim deveria significar a especificação dessa opção. Concretizar, marcar áreas. Depois colocarei um aspecto que me preocupa. O segundo nível de temática, de preocupações, seria mais intercessional, diríamos. Então, que a Igreja da América Latina se reconheça como tal, como latinoamericana, como autóctone - não estou pedindo cismas de nenhuma espécie, você me entende perfeitamente, não é? - então que valorize seus próprios carismas e com isso vai valorizar de um modo muito especial o próprio povo como Igreja. Ai, com olhar especialíssimo para as Comunidades Eclesiais de Base, os novos ministérios, a evangelização libertadora e a educação conscientizadora das nossas bases. Esses aspectos me parecem muito importantes, como também uma liturgia que seja muito mais latinoamericana. E depois que as conferências episcopais latinoamericanas fossem crescendo como tais e a nível também de CELAM (Conselho Episcopal Latinoamericano), numa legítima independência. Estamos dependendo ainda, muito do Vaticano. Isso significaria também um grande respeito por nosso teólogo, não é? Não sei por que tanto receio com a teologia da libertação? A teologia do cativo. Será que o Espírito Santo não é capaz de pensar aqui no meio de nós, só pensa no meio dos romanos ou dos alemães, não sei quem mais? Acho isso muito importante também. E um

terceiro aspecto deveria ser mais metodológico. Dizem que nós não somos um continente racionalista. Nem somos Estados Unidos. Somos latinoamericanos. Temos fundamentalmente o que eu chamava de cultura-raiz - o povo indígena-com muita interferência também do mundo africano e, pela própria geografia e pelo próprio clima, somos então bastante espontâneos, bastante tropicais, bastante contemplativos, inclusive, e a festa está no sangue do latinoamericano. Então a liturgia deveria expressar isso também, não é? Não vamos ter uma liturgia de tipo medieval, de tipo holandês, que não nos diz respeito. Tem de ser outra coisa. Então nos aspectos de pedagogia, metodologia, viria também todo o trabalho que se fizesse nas bases, que eu chamava de educação conscientizadora, uma pastoral libertadora mais a nível de povo, mais simples, um contato mais humano e evidentemente mais pastoral.

ET: E aquele aspecto que o senhor disse ainda há pouco que lhe preocupava bastante?

PMC: Acho que a Igreja em Puebla, mais do que dizer qualquer coisa, mais do que analisar e até mais do que programar, deveria se apresentar com credibilidade de testemunhos. Isso me parece importantíssimo.

ET: O que quer dizer isso?

PMC: Quer dizer o seguinte: que cada um dos bispos e cada uma das Igrejas faça realmente uma opção em termos de compromisso com o povo. Em termos de pobreza e simplicidade de vida. Em termos de compartilhar os riscos que o povo compartilha. Em termos de autenticidade. O que possamos dizer em Puebla será acreditável ou não na medida em que o nosso testemunho seja autêntico e sincero. Acho isso importantíssimo. Para mim o problema não deveria ser, antes de tudo, o documento que sairá de Puebla, mas antes de tudo e sobretudo, o testemunho.

ET: Dom Pedro, por que tanto medo em torno da teologia da libertação?

PMC: Isso é muito fácil de entender. Fundamentalmente o medo é porque ela é a teologia que mais atinge o aspecto sócio-político-econômico. Se a teologia da libertação apenas falasse de direitos humanos, não é? ninguém se alteraria. Mas é uma teologia que atinge a realidade do povo, daí a reação.

ET: Na ótica da teologia da libertação, como o senhor caracterizaria as propostas “aberturas democráticas”? O que significa esse jargão?

PMC: Sabe o que significa tudo isso? Vernizes apenas, só. Olha, inclusive a defesa dos direitos humanos. Não se trata de defender os direitos humanos de algumas pessoas, em primeiro lugar, senão de todas. Em segundo lugar, não se trata de defender alguns direitos humanos, senão todos. Em terceiro lugar, trata-se de defender os direitos humanos das comunidades, dos povos, e não das pessoas isoladas. Então se apenas falarmos em direitos humanos com uma certa restrição (essas que eu coloquei), pode ser uma estratégia muito boa “dorar a pildora”, como dizem os espanhóis. E abertura democrática? Ora, ou é democracia ou não é. Abertura simplesmente democrática... isso já tem sido dito. E como falar em democracia relativa. Ou é democracia ou não é, ou é abertura mesmo ou não é, ou é transformação das estruturas ou não é.

ET: Como o senhor vê esse documento em favor da Anistia, assumido pelo episcopado brasileiro?

PMC: É um documento discreto mas que me parece sumamente válido pelo fato de que a CNBB se sensibilizar pelo problema já é uma grande contribuição. E a CNBB, como tal, abrir-se para a Anistia, mesmo com restrições, já é uma coisa positiva. A minha posição é a favor de uma Anistia total, certamente. Sobre isso sou a favor da análise crítica, honesta e sem hipocrisia, do que possa ser crime político, do que possa ser inclusive terrorismo, não é? Se começamos a analisar, e a censurar, e a derrubar o primeiro terrorismo que é o armamentismo, ai poderemos pensar em controlar, em condenar legitimamente, julgar os terroristas subsequentes. Aonde é que se cria um terrorismo? Onde se cria uma exploração, onde se cria uma ditadura, onde se criam desajustes sociais. Normalmente isso, não é? Agora, acho que também valeria a pena destacar esse terrorismo que eu chamo de mercenário, que não é nem um terrorismo ideológico, é um terrorismo econômico. Dizem inclusive que há campos de treinamentos neutros, não é? Terrorismo mercenário, simplesmente.

ET: Para finalizar, Dom Pedro, como poderia ser objetivada a teologia da libertação, na vivência do dia-a-dia?

PMC: Ela quer simplesmente lembrar que Deus é um só. Que a história humana é uma só. E que o homem é alma e corpo, tempo e eternidade. Então, o amor de Deus sobre o homem atinge o todo e atinge a sociedade e a história humana toda. E a salvação de Cristo é uma salvação de todo o homem também. E não apenas da alma do homem. E o homem como o homem vive hoje. Como os conflitos que ele tem e na sociedade concreta em que está instalado.

ET: Como isso seria canalizado em termos de Nação?

PMC: Tudo que seja conseqüência social, política ou econômica, para um

cristão deriva dessa teologia da libertação, evidentemente. Então ai você tem direito e obrigação de entrar para um sindicato, um partido, de ser político, de reivindicar, de transformar a sociedade. Eu digo a piadinha seguinte: o ruim seria que Puebla fosse Puebla de Los Angeles (nome completo da cidade mexicana). O importante é que seja Puebla de Los Hombres, não é?

(1) Comissão Trilateral, criada em 1973 pelo presidente do Chase Manhattan Bank, David Rockefeller, reunindo presidentes de empresas e bancos da América do Norte, Europa e Japão, e alguns políticos como, Jimmy Carter, Cyrus Vance, Walter Mondale etc. Uma comissão que, nos dizeres de Rockefeller, “pode, com frequência, agir com maior flexibilidade que os governos”.



Itaiçi

“A violência mantém a injustiça”

Os bispos rejeitam o documento preliminar de Puebla e fazem um apelo em favor da anistia

“Não houve consenso, mas não queremos consenso. No momento atual, com as enormes divergências entre os bispos, um aparente consenso só poderia ser irreal, falso. O que conseguimos foi a livre expressão dessa grande variedade de opiniões”. Assim que um assessor da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) descreveu a última conferência dos 230 bispos brasileiros - um dos maiores episcopados do mundo - que se reuniram entre os dias 18 e 25 de abril no ambiente tranquilo e sossegado do belo convento de Itaiçi, a 120 kms da cidade de São Paulo.

As divergências entre os bispos saltavam aos olhos, refletindo-se na própria aparência física. Enquanto alguns - poucos - ainda usavam a antiga batina preta, outros - a maioria - se vestiam de calça simples. Alguns, agitados, acompanhavam atentamente todas as intervenções, anotando observações nos seus cadernos. Uma minoria, sonolenta, nem seguia a leitura dos documentos, e apesar das discussões serem abertas a todos os presentes, uma única intervenção de uma mulher.

A discussão mais importante foi sobre a posição que a delegação brasileira vai adotar na 3ª Conferência do Episcopado Latino-Americano a realizar-se em Puebla no México em outubro. Essa conferência terá excepcional significação porque vai definir a linha pastoral da igreja latino-americana para os próximos dez anos. A última dessas conferências decenais, realizada em Medellín na Colômbia em 1968, marcou um passo importante na evolução do pensamento do episcopado. No documento final, afirmou-se pela primeira vez, que para evangelizar a Igreja precisava assumir os

problemas políticos, sociais e econômicos da região lutar contra a injustiça institucionalizada. Foi a chamada “Teologia da Libertação”.

A questão, agora, é saber se a conferência em Puebla vai marcar mais um grande passo para frente, ou simplesmente vai tornar-se um evento sem importância um “não-acontecimento”.

O Celam, Conselho Episcopal Latino-Americano, liderado pelo seu secretário-geral, Dom Alfonso López Trujillo, preparou uma estratégia inteligente para destruir a “Teologia da Libertação”. Distribuíram um documento de consulta aos vários episcopados latino-americanos, no qual defendiam posições aparentemente liberais. O documento admite uma certa atuação política (porque nessa altura é impossível negá-la). Mas afirma implicitamente que a Igreja deveria limitar-se a influenciar os valores dos homens, abstendo-se de qualquer tentativa de modificar as estruturas da sociedade. O seguinte é um trecho típico:

“A Igreja tem direito e dever de falar, na medida em que a ação política atinge a justiça e a liberdade do homem. A missão da Igreja não é legitimar sistemas políticos e sim emitir um juízo ético sobre eles”.

“O campo estritamente político é missão do leigo. Os sacerdotes e os religiosos não devem interferir nele, mesmo não sendo algo contra sua essência. Devem abster-se por conveniências pastorais”.

O próprio Celam reconhece que não é mais possível esvaziar o movimento desencadeado em Medellín. Um frei dominicano explicou: “Eles estão tentando dificultar e atrasar o processo de conscientização da Igreja na América

Latina. Mas eles sabem que o processo mesmo é inevitável”. Uma frase famosa de Trujillo reflete bem as suas tentativas de controlar a doença incurável: “A expansão atual da Teologia da Libertação ocorre por contágio, no qual se multiplicam as portadoras do bacilo”.

Na sua maioria, os bispos brasileiros rejeitam essa tentativa de retrocesso na parte do Celam. Depois de debates vigorosos no plenário, a grande maioria aprovou um documento de “subsídios para Puebla”, que primeiro passou por três versões e 3.355 emendas. O texto final ainda não foi publicado, mas a segunda versão serve para indicar as posições assumidas.

O documento é heterogêneo, uma tentativa de representar as opiniões diversificadas dos bispos. Mais importantes, contudo, são os trechos que reiteram a análise radical feita pelos bispos na sua reunião em Itaiçi em fevereiro do ano passado e publicado sob o nome: “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”. No novo documento, os bispos afirmam: “A situação de injustiça vai sendo mantida por mecanismos de violência institucionalizada, por forças de repressão operando fora da lei, gozando de omissão, complacência ou cumplicidade dos poderes e gerando reações desesperadoras que oferecem pretextos para repressões mais violentas”.

“A dinâmica desse processo incentivou a multiplicação das violações dos mais elementares direitos humanos: invasão de domicílios, sequestros, banimentos, desaparecimentos de pessoas indefesas, prisões arbitrárias, supressão do habeas corpus, incomunicabilidade abusiva, torturas e mortes.”

“Os sistemas políticos do continente foram progressivamente influenciados pela doutrina da Segurança Nacional, sobre o alcance da anistia proposta. Dom Orlando Dotti, que coordenou a elaboração do documento, explicou: “surgiram muitas dificuldades porque o texto não poderia ser tal que viesse ser mal percebido pelos anistados, nem pelas autoridades e nem pelas diversas correntes do plenário”. Os trechos mais significativos - e também mais ambíguos - da versão final são os seguintes:

“... apelamos às autoridades responsáveis de nosso país para que, num esforço sincero de volta ao estado direito e reconciliação nacional, concedam anistia aos que se viram envolvidos em situações de desordem política e social de tal amplitude que não possam ser considerados como responsáveis únicos por ela”.

“Com este apelo cristão, não estamos advogando a impunidade dos que inequivocamente são réus de crimes comuns”.

(Sue Branford)

Editora Aparte

EM TEMPO!